

vida pastoral

novembro-dezembro de 2024 – ano 65 – número 360



60 ANOS DA LUMEN GENTIUM
A Igreja como Povo de Deus e
Corpo Místico de Cristo

COLEÇÃO SYNODOS

Igreja sinodal: a busca de aprendermos a “caminhar juntos”,
como irmãos e irmãs.



Aponte a câmera do
seu celular e saiba mais!



loja.paulus.com.br
(11) 3789-4000 | 0800 016 40 11
vendas@paulus.com.br
@editorapaulus

**Conteúdos de qualidade e artigos religiosos para
a sua paróquia diretamente em nossa loja virtual.**



**Leia o Código QR
e acesse!**



- Frete reduzido • Retirada nas livrarias
- Consulte um de nossos vendedores.**

Prezadas irmãs, prezados irmãos, graça e paz!

**vida
pastoral**

A *Lumen Gentium* (LG) faz parte do conjunto dos dezesseis documentos promulgados pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), evento que foi convocado pelo papa João XXIII e constitui um dos maiores e mais importantes marcos na história da Igreja no século XX.

O desafio dos padres conciliares, como canta a *Aquarela do Brasil*, de Ary Barroso, era o imperativo “abre a cortina do passado”. A cortina talvez tenha sido aberta, mas o olhar para o horizonte pede sempre maior contemplação, o que o Concílio denominou de “ler os sinais dos tempos”. Essa expressão, além da leitura em si, carrega a necessidade do discernimento, isto é, de tocar e escolher o cerne, ficar com a parte boa (Lc 10,38-42). A parte boa é o Evangelho, é Jesus mesmo, o Verbo que se fez carne e habitou entre nós (Jo 1,14), assumiu nossa frágil condição humana, foi em tudo semelhante a nós, menos no pecado (Hb 4,15).

Os documentos do Concílio são classificados como constituições, declarações e decretos, conforme o tema e importância. A LG é uma constituição dogmática e, sem dúvida, uma das mais relevantes peças da totalidade do tesouro com que o Concílio nos brindou. Dogmática porque trata de questões de dogmas fundamentais da fé. Nesse caso, dos temas da eclesiologia, ou seja, da sua natureza e constituição, como instituição e como corpo místico de Cristo. Foi promulgada em 21 de novembro de 1964.

Após apresentar a Igreja como corpo místico de Cristo (LG 7), o documento a define como povo de Deus a caminho, sob a guia do Espírito Santo. É interessante notar o lugar de destaque que ocupa a categoria povo de Deus. O povo e a comunidade estão no centro. Aqui se verifica, por assim dizer, uma espécie de virada eclesiológica. Somente a

partir dessa categoria-base é que se descrevem as funções dos bispos, dos presbíteros e dos religiosos. Trata-se de eclesiologia do serviço, e não dos privilégios.

A expressão “povo de Deus” foi e é motivo de muitos debates e até de brigas na Igreja. Há quem a evite e até quem, se pudesse, a excluiria do texto conciliar. Tudo isso, talvez, como fruto de outra eclesiologia, que se recusa a ter os olhos fixos em Jesus (Hb 12,2) e em seu Evangelho.

A insistência do papa Francisco por uma Igreja sinodal não é outra coisa senão uma forma de voltar ao que ensinou Jesus e o Concílio Vaticano II tão bem assinalou. As resistências ao papa Francisco, no que diz respeito à vivência sinodal eclesial, revelam o retrato de uma face clericalista, saudosista, dada às pompas e ao autoritarismo. O saudoso Pe. José Comblin, na introdução do livro *Povo de Deus* (Paulus), assim nos advertiu: “Não se trata apenas de voltar aos textos do Vaticano II como se esses textos fossem um ponto de chegada, pois o Concílio estava muito consciente de estar dando um primeiro passo para um grande processo de mudança. Sabia que era o início de grande virada na história da Igreja. Por isso importa, em primeiro lugar, partir da intenção profunda que percorre todo o processo conciliar”.

Quem sabe seja a hora de insistir na abertura da cortina do passado e aprofundar ainda mais os estudos, a meditação e a aplicação deste rico documento, a *Lumen Gentium*. Ao completar 60 anos, ela continua a apontar para o fundamental, Cristo. Nele estamos todos enxertados.

A equipe de *Vida Pastoral* deseja-lhe bom proveito deste material que preparamos para você. Boa leitura!

Pe. Antonio Iraldo Alves de Brito, ssp
Editor

vida pastoral

Revista bimestral para sacerdotes
e agentes de pastoral

Ano 65 - Nº 360
Novembro-Dezembro de 2024



PAULUS

© PAULUS – 2024
Pia Sociedade de São Paulo
Rua Francisco Cruz, 199
04117-091 – São Paulo - SP
paulus.com.br
ISSN – 0507-7184

Direção editorial

Pe. Jakson Ferreira de Alencar, ssp

Editor

Pe. Antonio Iraldo Alves de Brito, ssp

Redação

vidapastoral@paulus.com.br

Conselho editorial

Pe. Antonio Iraldo Alves de Brito, ssp
Pe. Darci Luiz Marin, ssp
Pe. Jakson Ferreira de Alencar, ssp
Pe. Paulo Sérgio Bazaglia, ssp

Imagens

Romolo Picoli Ronchetti

Diagramação

Philipe Silva Ribeiro dos Santos

Revisão

Alexandre S. Santana
Tiago José Risi Leme

Impressão - PAULUS

Versão digital

vidapastoral.com.br



Periódico de divulgação científica.

Área:

Humanidades e artes.
Curso: Teologia.

Sumário

LUMEN GENTIUM: LUZ QUE NUNCA SE APAGA 4
Cônego Sérgio Conrado

A DIGNIDADE BATISMAL:
DA SOCIETAS PERFECTA AO POVO DE DEUS 14
Simona Segoloni

DA LUMEN GENTIUM À SINODALIDADE:
RECONSTRUIR A IGREJA POVO DE DEUS,
CONSTRUINDO UMA IGREJA GUARDIÃ
DOS POVOS E DA CASA COMUM 18
Eduardo Brasileiro

O ENFRENTAMENTO DOS
ABUSOS SEXUAIS NA IGREJA CATÓLICA 28
Observatório Eclesial Brasil

ROTEIROS HOMILÉTICOS 38
Pe. Maicon André Malacarne

Assinaturas

- Distribuição gratuita nas Livrarias PAULUS (1 exemplar por pessoa);
- Envio gratuito para as paróquias que fizerem o cadastro, a ser renovado anualmente (1 exemplar de cada edição por paróquia);
- Para receber em casa, basta fazer uma contribuição de 30 reais.
- O acesso ao *site* continua inteiramente gratuito: www.vidapastoral.com.br

Para contato:

paulus.com.br/loja

☎ (11) 3789-4000 | 0800 016 40 11

☎ (11) 3789-4000

✉ assinaturas@paulus.com.br

📱 @editorapaulus



Aponte a
câmera do
seu celular e
saiba mais!

Livrarias Paulus

APARECIDA – SP

Centro de Apoio aos Romeiros
Lojas 44, 45, 78, 79
(12) 3104-1145
aparecida@paulus.com.br

ARACAJU – SE

Rua Laranjeiras, 319
(79) 3211-2927
aracaju@paulus.com.br

BELÉM – PA

Rua 28 de Setembro, 61 – Campina
(91) 3212-1195
belem@paulus.com.br

BELO HORIZONTE – MG

Rua da Bahia, 1136 – Ed. Arcângelo Maleta
(31) 3274-3299
bh@paulus.com.br

BOA VISTA – RR

Avenida Ville Roy, 5011 – sala 01 – Centro
(95) 3212-5340 / 98122-0040
boavista@paulus.com.br

BRASÍLIA – DF

SCS – Q.1 – Bloco I
Edifício Central – Loja 15 – Asa Sul
(61) 3225-9847
brasilia@paulus.com.br

CAMPINA GRANDE – PB

Rua Afonso Campos, 233 – Centro
(83) 3182-0659 / 99956-0020
campinagrande@paulus.com.br

CAMPINAS – SP

Rua Barão de Jaguara, 1163
(19) 3231-5866
campinas@paulus.com.br

CAMPO GRANDE – MS

Av. Calógeras, 2405 – Centro
(67) 3382-3251
campogrande@paulus.com.br

CAXIAS DO SUL – RS

Av. Júlio de Castilhos, 2029
(54) 3221-8266
caxias@paulus.com.br

COTIA – RAPOSO TAVARES

Av. das Acácias, 58 – Jd. da Glória
(11) 3789-4005
raposotavares@paulus.com.br

CUIABÁ – MT

Rua Antônio Maria Coelho, 180
(65) 3623-0207
cuiaba@paulus.com.br

CURITIBA – PR

Pça. Rui Barbosa, 599 – Centro
(41) 3223-6652
curitiba@paulus.com.br

FLORIANÓPOLIS – SC

Rua Jerônimo Coelho, 119 – Centro
(48) 3223-6567
florianopolis@paulus.com.br

FORTALEZA – CE

Rua Floriano Peixoto, 523 – Centro
(85) 3252-4201
fortaleza@paulus.com.br

GOIÂNIA – GO

Rua Seis, 201 – Centro
(62) 3223-6860
goiania@paulus.com.br

GUARAPUAVA – PR

Rua XV de Novembro, 7466 - Lj. 1
(42) 9926-0224
guarapuava@paulus.com.br

JOÃO PESSOA – PB

Rua Peregrino de
Carvalho, 134 – Centro
(83) 3221-5108
joaopessoa@paulus.com.br

JUIZ DE FORA – MG

Av. Barão do Rio Branco, 2590
(32) 3215-2160
juizdefora@paulus.com.br

MACEIÓ – AL

Rua Barão de Alagoas, 32 – Centro
(82) 3142-0544
maceio@paulus.com.br

MANAUS – AM

Rua Itamaracá, 21 – Centro
(92) 3622-7110
manaus@paulus.com.br

NATAL – RN

Rua Cel. Cascudo, 333
Cidade Alta – (84) 3211-7514
natal@paulus.com.br

PORTO ALEGRE – RS

Rua Dr. José Montauray, 155
Centro – (51) 3227-7313
portoalegre@paulus.com.br

RECIFE – PE

Av. Dantas Barreto, 1000 B
(81) 3224-9637
recife@paulus.com.br

RIBEIRÃO PRETO – SP

Rua São Sebastião, 621
(16) 3610-9203
ribeiraopreto@paulus.com.br

RIO DE JANEIRO – RJ

Rua México, 111-B
(21) 2240-1303
riodejaneiro@paulus.com.br

SALVADOR – BA

Rua Direita da Piedade, 75 – Barris
(71) 3321-4446
salvador@paulus.com.br

SANTO ANDRÉ – SP

Rua Campos Sales, 255
(11) 4992-0623
stoandre@paulus.com.br

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP

Rua XV de Novembro, 2826
(17) 3233-5188
riopreto@paulus.com.br

SÃO LUÍS – MA

Rua do Passeio, 229 – Centro
(98) 3231-2665
saoluis@paulus.com.br

SÃO PAULO – PRAÇA DA SÉ

Praça da Sé, 180
(11) 3105-0030
pracase@paulus.com.br

SÃO PAULO – VILA MARIANA

Rua Dr. Pinto Ferraz, 207
Metró Vila Mariana
(11) 5549-1582
vilamariana@paulus.com.br

SOROCABA – SP

Rua Cesário Mota, 72 – Centro
(15) 3442-4300 / 3442-3008
sorocaba@paulus.com.br

TERESINA – PI

Rua Rui Barbosa, 45 – Centro
(86) 3142-1295 / 99935-0001
teresina@paulus.com.br

UBERLÂNDIA – MG

Av. Cesário Alvim, 757 - Loja 1 – Centro
(34) 2512-4358
uberlandia@paulus.com.br

VITÓRIA – ES

Rua Duque de Caxias, 121
(27) 3323-0116
vitoria@paulus.com.br



LUMEN GENTIUM

Luz que nunca se apaga

Na celebração dos 60 anos da Lumen Gentium (LG), mais do que recuar no tempo, é importante resgatar o espírito da LG e reconhecer avanços e retrocessos, luzes e trevas, além de promover seu estudo e a adequação aos três pilares do documento: Igreja, povo de Deus; hierarquia e colegialidade; eclesiologia e pastoral.

*Cônego Sérgio Conrado é doutor em Teologia Pastoral pela Universidade Lateranense de Roma e professor emérito da Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção – PUC/São Paulo. Pároco da paróquia São Gabriel (Jardim Paulista), arquidiocese de São Paulo. E-mail: conradosergio@terra.com.br

INTRODUÇÃO

O Concílio Vaticano II, convocado pelo papa São João XXIII, foi o acontecimento maior da Igreja no século XX e, sem dúvida, traçou rumos novos para a caminhada eclesial. Seus dezesseis documentos se tornaram o grande farol norteador para o ser e o agir da Igreja nos tempos atuais e futuros. Seguramente, ainda é preciso usufruir muito mais das correntes bíblico-teológicas e pastorais que, de alguma forma, prepararam a nova primavera eclesial da década de 1960 (LG 1).

A Igreja abria-se, com o Concílio, para o mundo cristão e não cristão. Para que essa nova primavera da Igreja pudesse se concretizar, foram elaborados, no decurso de quatro encontros de outono, entre 1962 e 1965, dezesseis documentos, frutos da inspiração do Espírito Santo, do trabalho árduo dos teólogos, dos bispos e do papa, e do reflexo da realidade de Igreja e de mundo em que se vivia.

Ao celebrarmos os 60 anos do Vaticano II, queremos privilegiar um dos mais importantes e básicos documentos: a Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. É preciso levar em conta a dedicação, o trabalho e a seriedade com que essa constituição foi elaborada. Foi o documento mais demorado de todos os que compuseram a plataforma do Concílio.

Durante o Concílio, houve 168 Congregações Gerais e foram pronunciados, na Aula Conciliar, 2.217 discursos. Só a *Lumen Gentium* ocupou os padres conciliares durante 33 Congregações Gerais e exigiu 453 discursos. Ela é composta de oito capítulos.

Gostaríamos de mostrar, por um lado, que é muito necessário aprofundar ainda mais os documentos do Concílio, sobretudo a *Lumen Gentium*, que apresenta a Igreja na sua totalidade, sua constituição e ação no mundo por meio do papa, dos bispos, presbíteros, diáconos, religiosos, religiosas e dos cristãos leigos, que são a maioria dos que a compõem; por outro, que a realidade eclesial atual, à luz da *Lumen Gentium* e das Conferências Episcopais

Latino-americanas, é passível de ajustes e aprofundamento na teologia e na pastoral, para que, de fato, a Igreja responda aos desafios que hoje se levantam no âmbito interno e externo. É o que exigem a Conferência do Celam em Aparecida e a sinodalidade instaurada pelo papa Francisco na Igreja.

Os documentos do Concílio, à luz da Palavra de Deus e de uma nova eclesiologia, revelam algumas mudanças fundamentais: visão positiva do mundo, como criação e manifestação de Deus; respeito às diferentes culturas, à participação dos cristãos leigos na Igreja e na sociedade; diálogo com outras religiões, cristãs e não cristãs, e com pessoas sem religião – ou seja, com toda a humanidade.

Torna-se muito oportuna a comemoração efetiva dos 60 anos da *Lumen Gentium*, o primeiro e o mais longo dos dezesseis documentos exarados pelo Concílio, a qual carece de um novo estudo no contexto mundial e eclesial atual.

Embora seja um tesouro inesgotável, salientaremos apenas três grandes elementos dessa constituição dogmática, que formariam seu tripé. Num primeiro momento, pretendemos oferecer breve reflexão sobre o povo de Deus como a categoria-síntese do humano e divino na Igreja; em seguida, analisar alguns aspectos da colegialidade no ministério episcopal e, por analogia, a prática do mesmo princípio no presbiterato e no laicato; finalmente, perceber ainda mais que o binômio eclesiologia e pastoral são inseparáveis e imprescindíveis.

Que a comemoração dos 60 anos da *Lumen Gentium* nos incentive a aprofundar a doutrina e a pastoral no contexto hodierno tão desafiador em que a Igreja vive e atua.

1. POVO DE DEUS: CATEGORIA-SÍNTESE DO HUMANO E DIVINO NA IGREJA

Ao inaugurar o Concílio, o papa São João XXIII alertava para a urgência de resgatar a história como lugar teológico. Assim, a categoria “povo de Deus” se mostrava bem mais

“A categoria povo de Deus, no que tange ao aspecto da historicidade, não permite à Igreja concentrar-se exclusivamente em práticas rituais e de culto, o que se vê muito por aí.”

adequada que a de “corpo de Cristo”, pois, como o próprio papa Bento XVI declarou, “recorreu-se ao conceito de povo de Deus, que, sob este ponto de vista, é muito mais amplo e flexível que as categorias de corpo e de membros” (Ratzinger, 1969, p. 20). Com essa categoria bíblica, a Igreja se entendia comprometida com uma visão dinâmica e evolutiva de história como sujeito histórico. Superando esquemas rígidos e acabados de eclesiologia, o Concílio colocou a Igreja nos caminhos da humanidade, e não nas esferas aéreas.

A *Lumen Gentium* articulou com maestria a relação entre o divino e o humano na Igreja, concentrando a dimensão divina – não só, mas sobretudo – em seu primeiro capítulo (“O mistério da Igreja”) e a dimensão humana – não só, mas sobretudo – em seus outros sete capítulos.

Portanto, “mistério da Igreja” e “povo de Deus” devem ser lidos e estudados num sentido de unidade e integração, a fim de superar qualquer tentação monofisista de compreender o Cristo como uma só natureza, a divina, tal como advogava a heresia condenada em Calcedônia em 451 d.C. Infelizmente, com tristeza, deparamos com grupos, comunidades e representantes do clero que tomam Jesus Cristo quase só na dimensão divina. Isso tem causado divisões na Igreja. A teologia atual tem insistido na íntima relação entre a realidade divina (LG, cap. I) e a realidade humana da Igreja (LG, cap. II), entre a Igreja terrestre e a Igreja celeste, a assembleia visível e a comunidade espiritual. A LG optou pela analogia da união hipostática (divindade-humanidade) do Verbo de Deus, à maneira de Calcedônia (cf. LG 8). Ao mesmo tempo, apresenta a analogia da *Kénosis* do Verbo ao encarnar-se, aplicando-a para a Igreja, chamada a se revestir de humildade e abnegação (LG 8).

Em parte, vivemos atualmente na Igreja a luta pelo poder, pelo destaque do clero como instância superior no povo de Deus, e para tanto são usadas linguagens próprias, vestimentas suntuosas, com brocados e lantejoulas, caracterizando, em nome de Cristo, uma Igreja rica, às vezes até sustentada pelos fiéis humildes e pobres. E a união hipostática e a *Kénosis*, onde ficam? É preciso lembrar que a Igreja tem consciência de que não é uma elite de puros, como alguns grupos chegaram a pensar no decorrer da história – por exemplo, os montanistas, os donatistas e os cátaros. Será que está havendo, em nossos dias, um retorno ao cultivo não da humildade, e sim do triunfalismo, com massas de crentes a idolatrar pregadores que não atinam com a historicidade da Igreja e não se somam à súplica pela vinda do Senhor, mas buscam ter seus próprios redis submissos?

Esse contingente da Igreja, o qual está crescendo e se esquecendo de sua dimensão peregrinante e escatológica, perde seu potencial profético e cede à tentação do poder, promovendo ideologias religiosas eivadas de correntes políticas.

A categoria povo de Deus, no que tange ao aspecto da historicidade, não permite à Igreja concentrar-se exclusivamente em práticas rituais e de culto, o que se vê muito por aí. Antes, o conceito leva a Igreja a concentrar sua prática

no esforço de todos os combatentes pela libertação e pela dignidade dos homens, lá onde se faz presente o sinal do amor de Deus aos homens em Jesus Cristo, não somente nas liturgias de nossas igrejas, por mais autênticas que sejam, mas também onde o ser humano seja vítima do ódio, da exploração, do desprezo, da falta de amor, das discriminações (Congar, 1976, p. 95-96).

O capítulo VII enfatiza a índole escatológica do povo de Deus. Por isso, realçando o dado da peregrinação e da comunhão, a *Lumen Gentium* (n. 49-51) retoma a questão da relação entre a Igreja terrestre e a Igreja celeste, bem como da veneração e do verdadeiro culto aos irmãos que já estão na glória, os santos. Entre eles, destaca-se a figura da Virgem Maria, cumprimento escatológico da Igreja (cf. LG 63).

Situando os batizados todos em um mesmo nível de dignidade, a *Lumen Gentium* abriu um caminho importante para a superação dos binômios clero-laicato e religiosos-leigos. À medida que se articula sadia correlação entre substantividade e relatividade, as tensões clero-laicato e religiosos-seculares vão sendo superadas pelas relações ministérios-comunidades e carisma-comunidade, dentro de uma compreensão de Igreja povo de Deus (Velasco, 1996).

No seio da Igreja, o sacerdócio comum e o sacerdócio ministerial ou hierárquico se articulam em benefício da unidade e do crescimento de todo o povo de Deus (LG 10-11). Esse povo o Senhor também educa e conduz conforme sua Palavra e o cumula de carismas, de modo que o povo santo participa também do múnus profético de Cristo (LG 12). Os bispos são ministros chamados a ensinar (LG 25), santificar (LG 26) e governar (LG 27) o povo do Novo Testamento (LG 21). Os presbíteros, cooperadores da ordem episcopal, são também coordenados para o serviço do povo de Deus (LG 28; DAp 199), e os diáconos recebem a imposição das mãos para servirem o povo de Deus no serviço da liturgia, da palavra e da caridade (LG 23; DAp 206). Os cristãos leigos são os fiéis que “pelo batismo foram incorporados a Cristo, constituídos no povo de Deus e a seu modo feitos partícipes do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo, pelo que exercem sua parte na missão de todo o povo cristão na Igreja e no mundo” (LG 3). Os religiosos são aqueles homens e mulheres que, por vocação,



FAÇA SEU ORÇAMENTO COM A **PAULUS GRÁFICA!**

Com tecnologia de última geração e uma equipe dedicada, transformamos suas ideias em impressos de alta qualidade. Seja para livros, revistas ou qualquer material gráfico, conte com a **Paulus Gráfica** para dar vida às suas publicações.



representam, no seio do povo de Deus, na forma específica da profissão e prática dos conselhos evangélicos, aquele modo de vida que o Filho de Deus assumiu ao se fazer presente neste mundo (Fuente, 2007, p. 173).

Se os estados de vida distinguem os membros do povo de Deus entre si, a consagração batismal os une na mesma dignidade da inserção em Cristo. Como afirma Paulo, em Cristo e na Igreja, “não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher” (Gl 3,38). Ou seja, a Igreja é povo construído não com base em condições particulares e privilegiadas, mas tão somente sobre o fundamento da fé em Jesus Cristo (LG 32).

A América Latina respondeu prontamente ao conceito conciliar de povo de Deus e, apesar dos ataques, continua muito atuante. A Conferência de Aparecida, a esse respeito, diz: “A Providência de Deus [...] nos tem feito membros do corpo de Cristo, povo de Deus peregrino em terras americanas há mais de quinhentos anos” (DAp 127). Diante daqueles que preferem dizer que, mais que povo de Deus, se trata de “comunhão”, o grande valor que paradigmaticamente a reflexão eclesiológica conciliar, a Igreja latino-americana soube integrar harmonicamente os dois conceitos eclesiológicos, pois entende que “a comunhão dos fiéis e das Igrejas locais do povo de Deus se sustenta na comunhão com a Trindade” (DAp 155).

O Concílio, ao aprovar e trabalhar eclesiológicamente o conceito de povo de Deus, encontrou na América Latina um espaço propício de explicação e concretização. Na verdade, foi aqui que o apelo de São João

XXIII pela emergência de uma Igreja dos pobres foi mais bem ouvido e posto em prática (Comblin, 2011, p. 629-641).

Sem dúvida, houve muitas discussões em âmbito teológico, com destaque para a tentativa de exclusão da teologia da libertação, que fez do povo de Deus sua categoria fundamental de interpretação eclesiológica. Enquanto a teologia europeia tendia a interpretar o conceito de povo de Deus numa perspectiva universal, os teólogos da América Latina mostraram entendê-lo à luz de sua realidade mais imediata. Sustentado pela centralidade dos pobres, assinalada pelo Concílio (LG 8; 38; 41; AG 5; 12; PO 6; GS 1; 63; 66; 69; 88; 90; PC 13) e confirmada por Aparecida (DAp 392), o caminho da Igreja latino-americana foi a compreensão de que o povo de Deus é, em nossa realidade, sobretudo o povo dos pobres (González Faus, 1984, p. 99-125).

Podemos afirmar com Boff:

Na medida em que a Igreja se abre ao povo, ela se faz mais e mais povo de Deus; na medida em que o povo, especialmente dos pobres e oprimidos de nossa sociedade, se reúne em nome de Cristo e na escuta de sua Palavra de salvação e libertação, eles constituem concretamente, no nível da história, a Igreja de Jesus Cristo (Boff, 1994, p. 211).

Somente sendo povo, a Igreja tem condições de ser “o sacramento ou o sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (LG 1), de inserir-se no meio dos mais variados povos do mundo, procurando inculturar o

“A América Latina respondeu prontamente ao conceito conciliar de povo de Deus e, apesar dos ataques, continua muito atuante.”

Evangelho sem se fechar em guetos e sem se tornar uma aristocracia espiritual, da qual os pobres, os pecadores, os marginalizados – publicanos e prostitutas de hoje (cf. Mt 21,31) – deveriam ser excluídos.

O estudo eclesiológico da *Lumen Gentium* deve preocupar grandemente a nós, presbíteros, bispos, estudantes de Teologia, seminaristas ou não, aspirantes ao diaconato e cristãos leigos em geral. Nossa eclesiologia atual necessita de uma releitura à luz da *Lumen Gentium* nos seus sessenta anos.

2. HIERARQUIA E COLEGIALIDADE

A *Lumen Gentium*, no número 22, capítulo III, afirma: “Assim como, por disposição do Senhor, São Pedro e os outros apóstolos constituem um colégio apostólico, paralelamente o romano pontífice, sucessor de Pedro, e os bispos, sucessores dos apóstolos, estão unidos entre si”. É admirável como Jesus, em sua sabedoria, deixou à Igreja um corpo episcopal, que, porém, não tem autoridade se nele não se considerar, incluído como chefe, o romano pontífice, sucessor de Pedro. Aí está o que tem garantido a existência da Igreja: Cristo como pedra angular e o colégio episcopal, com o romano pontífice, orientando a ação eclesial em todo o mundo.

O Concílio elaborou um decreto, *Christus Dominus*, especificamente relacionado ao colégio episcopal, às Igrejas particulares e bispos diocesanos, bem como ao relacionamento destes com o clero, os religiosos e os cristãos leigos. Por que tratar do episcopado? Porque, pela plenitude do sacramento da ordem, é dada a cada bispo a graça do Espírito Santo e impresso o caráter sagrado (cf. LG 21). Assim, os bispos agem segundo a tríplice função de ensinamento, santificação e pastoreio, originária da tríplice dimensão do serviço e da missão de Cristo profeta, sacerdote e rei. A colegialidade, por algum tempo, esteve submersa na prática episcopal eclesial, em decorrência da dosagem excessiva do seu aspecto jurídico.

Agenda Dia a Dia com o Evangelho (Capa Cristal)

Formato: 13,5 x 20 cm – Páginas: 432



Com impressão na lateral das páginas.



Aponte a câmera do seu celular e adquira!

Vendas: (11) 3789-4000
0800 016 40 11
paulus.com.br

Contudo, fundamentada na eclesiologia de comunhão, ela vai além da dimensão jurídica, pois o espírito colegial é inerente ao ser da Igreja e se manifesta em diversos níveis para o fortalecimento da comunhão, o objetivo último de todo o mistério de salvação. Todos os membros do povo de Deus são chamados a desempenhar a missão que lhes foi confiada, dispondo, colegialmente, conforme os níveis e graus, de seus dons e carismas para concretizar a verdadeira comunhão instaurada por Cristo.

Com a doutrina da colegialidade episcopal na *Lumen Gentium* e na *Christus Dominus*, o Concílio abriu um caminho novo de perspectivas e realizações. Cabe à própria Igreja acomodar suas instituições multisseculares a modos mais colegiais e criar com audácia formas novas, sobretudo um estilo de governo, em todos os níveis, predominantemente colegial. Essa tarefa não é apenas da hierarquia, mas de todos os batizados. O papa Francisco tem insistido em seus pronunciamentos sobre esta verdade de fé: “Na Igreja todos somos iguais e ninguém é inútil”.

O exercício da autoridade na Igreja como um poder absoluto, isolado e pessoal de quem quer que seja, sem levar em conta o aspecto colegial, o contexto em que é exercido, e sem coordenação participada e responsável, torna-se tremendamente nocivo e se iguala aos esquemas da sociedade civil. Essa verdade é ainda mais evidente em nosso tempo, com as diferentes tensões presentes no interior da Igreja, favorecidas também pela imprensa, pela internet, pelas redes sociais e pelas ideologias vigentes no país, que causam sérias divisões no âmbito religioso, social e político. Nisso se incluem diversos bispos, presbíteros, religiosos e cristãos leigos.

Por conseguinte, é bom lembrar que o agir eclesial, qualquer que seja, e a colegialidade não são apenas de natureza organizativa e jurídica, mas também são verdadeira mística impulsivadora, pois toda ação eclesial, incluindo a de governo, deve estar direcionada para o todo, para a edificação do corpo de Cristo e do

povo de Deus (cf. Ef 4,12). Esta reflexão sobre a questão hierárquica da Igreja, constituída por todos os batizados, é para que se crie uma consciência mais eclesial neste mundo, marcado pelo pluralismo sadio e pela alteridade, mas também por muitas obscuridades e violência, seja com as guerras, seja de outras formas, como o sectarismo religioso, que chega até a ponto de promover o ódio e o aniquilamento de irmãos.

Concluindo este ponto, não poderíamos não falar da sinodalidade, uma vez que a Igreja toda acabou de finalizar o Sínodo. O papa Francisco afirma, em conformidade com o ensinamento da *Lumen Gentium*, que a sinodalidade nos oferece a chave interpretativa mais adequada para compreender o próprio ministério hierárquico. Com base na doutrina do sentido da fé dos fiéis (*sensus fidei fidelium*), ele acentua que todos os membros da Igreja são sujeitos ativos da evangelização.

3. ECLESIOLOGIA E PASTORAL: EXIGÊNCIA INTRÍNSECA DA *LUMEN GENTIUM*

Com este terceiro e último momento de reflexão, gostaríamos de fechar nosso artigo sobre os 60 anos da *Lumen Gentium*.

É do conhecimento de todos que o papa São João XXIII, em 11 de outubro de 1962, abriu a primeira sessão do Concílio na basílica de São Pedro. O texto de abertura é de fundamental importância e sabemos como influenciou profundamente a redação de todos os documentos conciliares. Por um lado, muitos teólogos escreveram e pregaram que o Concílio não queria tratar de desgraças e catástrofes, nem associar o mundo moderno a um declínio da humanidade; por outro, o Concílio não apenas promoveu a discussão de um ou outro artigo da doutrina fundamental da Igreja, somente repetindo o ensino de padres e teólogos antigos e modernos, mas sobretudo consistiu em uma adesão renovada, serena e tranquila a todo o ensinamento da Igreja, em sua integralidade, desde Trento até o Vaticano I. O papa dizia:

O espírito cristão, católico e apostólico do mundo inteiro espera um progresso na compreensão doutrinal e na formação das consciências, em correspondências mais perfeitas com a doutrina autêntica; espera também que a doutrina seja estudada e exposta por meio de formas de indagação e formulação literária de acordo com o pensamento moderno. E continuando, uma é a substância da antiga doutrina do “Depositum Fidei”, e outra é a formulação que a reveste (*Enchiridion Vaticanum*, n. 40-43).

O Vaticano II marcou sua trajetória com o binômio eclesiologia e pastoral, de tal forma que a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* e a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* se tornaram o eixo do Concílio. Nossa tratativa final pretende mostrar a importância e a necessidade da pastoral como parte constitutiva da Igreja. Atualmente, devido ao exagero de comunidades e grupos voltados para doutrinas que antes do Vaticano II eram válidas e continuam sendo, é urgente uma explanação de conteúdo mais inteligível e apropriada para nosso tempo.

Onde se encontra a pastoral ou, usando um conceito mais antigo, o apostolado dessa gente? Será que, em parte da Igreja, a pastoral tem o sentido de captar pessoas para engrossar o grupo e pensar da mesma maneira? O que isso tem refletido na vida de outras pessoas? Tem ido ao encontro dos grandes desafios de uma “Igreja em saída”, como nos pede o papa Francisco? Vejamos o que o papa São Paulo VI, na Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, já nos dizia:

A apresentação da mensagem evangélica não é para a Igreja uma contribuição facultativa, é um dever que lhe incumbe, por mandato do Senhor Jesus, a fim de que os homens possam acreditar e ser salvos. Sim, essa mensagem é necessária; ela é única e não poderia ser substituída. Assim, ela não

Agenda

**Dia a Dia com
o Evangelho**



**Devocional
São Miguel**

(Capa Cristal – Wire-o)



Aponte a câmera do
seu celular e adquira!

Vendas: (11) 3789-4000
0800 016 40 11
paulus.com.br

admite indiferença nem sincretismo, nem acomodação. É a salvação dos homens que está em causa; é a beleza da revelação que ela representa; ela comporta uma sabedoria que não é deste mundo.

Assim, afirmamos que a pastoral é inerente ao ser da Igreja. Essa palavra é uma das mais usadas na linguagem teológica atual. Há, na realidade, disputas e pareceres em torno do caráter pastoral dos diferentes tipos de metodologias teológicas. No entanto, o termo “pastoral” está presente não só na teologia, mas também se derrama com facilidade no linguajar eclesial. Para verificar esse fato, basta estarmos familiarizados com a prática eclesial, com suas distintas dimensões e diferentes membros, para utilizar assiduamente tal palavra. Quase toda e qualquer ação se torna pastoral.

O ideal seria percorrermos toda a Escritura, desde o Antigo Testamento, no qual encontramos a ideia e a realidade do pastoreio profundamente arraigadas na cultura de Israel. Não há dúvida de que a profissão mais difundida entre as tribos era a de pastor, caracterizado como chefe e companheiro (Léon-Dufour, 1982). Também na Igreja primitiva, na época patrística, na Idade Média, no século XX e na atualidade, a ideia de pastoral se fez sempre presente.

Vamos nos ater ao Novo Testamento, focando rapidamente a pessoa do pastor Jesus Cristo. Cristo se revela, realizando sua missão no âmbito religioso-cultural de Israel, e também manifesta sua obra, fazendo uso de uma terminologia pastoril (Conrado, 2012, p. 235). Os Evangelhos sinóticos mostram que as profecias messiânicas sobre o pastor se realizam plenamente em Cristo Jesus. Ele é apresentado como o pastor (Mt 15,24; Mc 6,34). Seus discípulos constituem um pequeno rebanho indefeso, exposto a lobos (Mt 10,16) que, travestidos de cordeiros (Mt 7,15), matarão o pastor e dispersarão as ovelhas (Mt 26,3). O pastor, no entanto, ressuscitará e resgatará seu rebanho, graças à sua ação (Mt 25).

As imagens de pastor, pastoreio, ovelhas e rebanho, presentes nos sinóticos, atingem seu ápice na perícopa joanina (Jo 10) na qual Jesus se apresenta como o bom pastor anunciado pelos profetas. É de propósito que o evangelista João, em torno do tema do pastor, trabalha com outras imagens e ideias que o esclarecem: por exemplo, Jesus é a porta do redil, caminha à frente do rebanho, está atento às suas necessidades, conhece a todos e, finalmente, dá a vida pelo seu rebanho (Jo 10,13).

Para que sua identificação como bom pastor não se restrinja ao povo judeu, Jesus mostra o universalismo ao seu rebanho (Jo 10,16). Assim como Deus, no Antigo Testamento, escolheu pessoas para que agissem em seu nome, Jesus também o fez. Fica claro que Jesus elege seus discípulos com liberdade e os mantém junto a si durante sua vida, até que, depois da Páscoa, os envia em missão para continuar sua obra (Mt 28,18-20).

As cinco Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano e do Caribe – Rio de Janeiro (1955), Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e Aparecida (2007) – demonstraram como a Igreja na América Latina, sem dúvida, contextualizou a colegialidade-sinodalidade e a pastoral no continente, não só no nível das conferências gerais e nacionais, mas também no âmbito da Igreja particular, dando feição nova ao ministério episcopal e presbiteral e à ação laical.

Podemos afirmar que a Igreja, na sua missão de proclamar a Boa-nova sem medo e descobrir na vida do povo a presença viva do Espírito de Deus, será sempre chamada a repensar sua prática pastoral, juntamente com todos os seus organismos, para que não se cristalizem.

CONCLUSÃO

Não há dúvida de que a reflexão sobre a eclesiologia da *Lumen Gentium* e o aprofundamento de seus avanços se mostram hoje extremamente necessários, seja no entendimento da Igreja como povo de Deus, seja na busca de

modos de evangelizar. O papa Francisco tem insistido muito em uma Igreja “em saída” (EG). Esse dinamismo de saída aparece com frequência na narrativa bíblica (cf. Gn 12,1-3; Ex 3,10; Ex 3,17; Lc 10,17; At 2,6). Há cinquenta anos, Karl Rahner já fizera profeticamente alusão a essa forma de vida eclesial: “A Igreja do futuro será uma Igreja que se constituirá de baixo para cima, por meio de comunidades de livre iniciativa e associação. Temos de fazer todo o possível para não impedir esse desenvolvimento, mas antes promovê-lo e orientá-lo corretamente” (Rahner, 1974, p. 132).

Para tanto, será necessária apurada sensibilidade eclesial de comunhão, com sua fonte de espiritualidade na Palavra de Deus, sob a orientação dos pastores da Igreja, assegurando a comunhão eclesial (Dap 179). Infelizmente, não se chegou ainda a uma totalidade, pelo contrário: em muitos setores eclesiais, o empenho foi para que a Igreja permanecesse detentora do poder, o que não é condizente com o Evangelho. Essa postura é contrária aos anseios decorrentes da *Lumen Gentium* quando alude às expressões de Igreja na base, legítimas comunidades locais de fiéis, às vezes pequenas e pobres (cf. LG 26), nas quais a Igreja de Cristo está verdadeiramente presente.

Entre nós, na América Latina, essa tradição já é bem conhecida, desde as Conferências de Medellín (n. 88) e Puebla (DP 629; 630), como comunidades eclesiais de base, agora ampliada por Aparecida com as chamadas pequenas comunidades (Dap 178-180).

O grande mérito da nova eclesiologia do povo de Deus, segundo a releitura latino-americana, é a superação do dualismo entre Igreja mistério e Igreja instituição, tal como aparece no documento de Aparecida, quando os bispos retomam as próprias palavras do papa Bento XVI, ao afirmar que “na Igreja não há contraste ou contraposição entre a dimensão institucional e a dimensão carismática [...], porque ambas são igualmente essenciais para a constituição divina do povo de Deus” (Dap 312).

Estão aí alguns elementos para podermos celebrar condignamente os 60 anos da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*: episcopado, presbiterato, religiosos/religiosas e laicato. É imprescindível que cada um esteja sempre alerta, isto é, com cintos amarrados e com o cajado na mão, em atitude de estar “em saída”.

vp

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOFF, L. *Igreja, carisma e poder*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COMBLIN, J. A 50 anos do Vaticano II: luzes e desafios. *REB*, Petrópolis, n. 71, fasc. 283, p. 629-641, jul. 2011.
- CONCÍLIO VATICANO II. *Compêndio do Vaticano II*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CONGAR, Y. *Un pueblo mesiánico*. Madrid: Cristiandad, 1976.
- CONRADO, S. Pastoral da Igreja: necessária ou supérflua? In: GRENZER, M.; IWASHITA, P. K. (org.). *Teologia e cultura: a fé cristã no mundo atual*. São Paulo: Paulinas, 2012. p. 231-243.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). *Documento de Aparecida: texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe*. Brasília: CNBB; São Paulo: Paulinas; Paulus, 2007.
- FUENTE, E. B. de la. *Eclesiología*. Madrid: BAC, 2007. (Serie de Manuales de Teología. Sapientia Fidei, 18).
- GONZÁLEZ FAUS, J. *Memoria de Jesús. Memoria del pueblo*. Santander: Sal Terrae, 1984. p. 99-125.
- LEÓN-DUFOUR, X. *Vocabulário de teologia bíblica*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- RAHNER, K. *Cambio estructural de la Iglesia*. Madrid: Cristiandad, 1974. p. 132.
- RATZINGER, J. *A Igreja em nossos dias*. São Paulo: Paulus, 1969.
- VELASCO, R. *A Igreja de Jesus: processo histórico da consciência eclesial*. Petrópolis: Vozes, 1996.



A dignidade batismal: da *societas perfecta* ao povo de Deus

.....

*A escolha de passar de uma eclesiologia centrada na **societas perfecta** para uma centrada no povo de Deus é um dos mais fortes elementos de descontinuidade entre o Concílio e a eclesiologia anterior.*

Tradução de Darlei Zanon, assessor editorial da PAULUS
(Publicado originalmente em abril de 2024 na *Vita Pastorale*, Itália)





“Entre o Concílio Vaticano I e o Vaticano II, insistiu-se várias vezes na desigualdade estrutural entre os fiéis, propondo-a como elemento de identidade da própria Igreja.”

1. SOCIETAS PERFECTA

O termo *societas* é de natureza sociológica e indica o conjunto de indivíduos e/ou sujeitos coletivos “unidos por relações de vários tipos, entre as quais se estabelecem formas de cooperação, colaboração e divisão de tarefas, que garantem a sobrevivência e a reprodução do próprio conjunto e dos seus membros” (*Dicionário Treccani*). Já a partir dessa descrição surge uma dúvida sobre a possibilidade de aplicar essa categoria à Igreja, uma vez que a sociedade é caracterizada pelo objetivo de autopreservação, enquanto o dinamismo eclesial específico, desde seu início, tende à extroversão, pois a Igreja nasce do anúncio do Evangelho e existe para ele e, além disso, está destinada a dissolver-se no Reino.

Compreendemos, então, o porquê de essa categoria ganhar destaque num momento em que a evangelização não está no centro da consciência eclesial, mas sim o sonho de reafirmar a singularidade e a superioridade da sociedade eclesial em relação a todas as outras. A Igreja, de fato, é pensada como uma *societas* a partir da Contrarreforma, com o objetivo de sublinhar seu caráter sobrenatural enquanto fundada por Cristo, que delegaria depois sua autoridade aos apóstolos. Essa abordagem marca fortemente a autoridade, diretamente ligada a Deus. Além disso, tal sociedade é considerada perfeita, porque possui estruturalmente tudo o que precisa para atingir seu objetivo e não é afetada pelas relações com o mundo e com os outros.

O teólogo que utiliza com maior clareza a categoria de *societas* é Belarmino. Sua intenção era destacar a visibilidade da

Igreja diante de uma reforma protestante que insistia antes na dimensão mistérica e invisível da Igreja. Essa intenção, no entanto, é problemática, pois “a Igreja corre o risco de se apresentar mais como pessoa jurídica guiada pela hierarquia do que como organismo de discípulos de Cristo animado pelo Espírito: uma *societas perfecta*, que tem tudo o que é necessário para alcançar os fins de que necessita” (*Erio Castellucci*).

Com os mesmos termos também se fala da Igreja no século XIX, desenvolvendo a ideia de uma *societas* não apenas perfeita, mas também desigual e hierárquica. Entre o Concílio Vaticano I e o Vaticano II, insistiu-se várias vezes na desigualdade estrutural entre os fiéis, propondo-a como elemento de identidade da própria Igreja.

2. POVO DE DEUS

A categoria de povo de Deus, escolhida pelos padres conciliares como base da sua eclesiologia, propõe uma Igreja que não se apoia na autoridade transmitida pelo fundador aos “hierarcas”, mas se abre a uma Igreja de iguais, porque a fundamental pertença de todos à Igreja, com base na qual é possível declinar toda diversidade sem perder a radical igualdade, é dada pelo batismo.

O próprio fato de o Concílio optar por estender os três múnus (sacerdócio, profecia e realeza) de Cristo a todo o povo e, depois, especificamente aos cristãos leigos, enquanto anteriormente eram relacionados apenas aos ministros ordenados, permite-nos dizer que a autoridade

de Cristo, sua *exousia*, que se expressa precisamente nos três *múnus* mencionados acima, é transmitida a cada fiel com o batismo e ao povo no seu conjunto, o qual, por isso, é chamado de messiânico, isto é, ungido, como acontecia com sacerdotes, reis e profetas.

A estrutura hierárquica da sociedade desmorona não porque já não existam ministros ou porque estes já não possuem a *potestas* própria deles, mas sim porque essa *potestas* é dada para fazer viver todo o povo, de quem os ministros ordenados estão a serviço. Além disso, a doutrina dos três *múnus* abre a possibilidade de reconhecimento das *potestates* alicerçadas no batismo. Portanto, abre as portas a uma Igreja de relações assimétricas, na qual não são sempre as mesmas pessoas que estão em posição superior, mas se alternam e ocupam diferentes posições em função da situação e das diferentes *potestates* que ela exige sejam exercidas.

Outro aspecto fundamental da categoria de povo é que a Igreja já não é pensada como autônoma e autorreferencial, intocável pela história e pelas relações com os outros, mas antes como sujeito histórico que caminha entre todos os seres humanos e se mistura com eles. O povo de crentes põe suas raízes entre todos os outros povos, une-se a eles e, ao mesmo tempo, alimenta-se das suas riquezas. Não só não é um povo autorreferencial, porquanto é enviado aos outros, mas também não é um povo indiferente às relações que estabelece.

Pelo contrário, a Igreja é nutrida pelos encontros, pelos sinais dos tempos atuantes nas sociedades humanas e pelas relações que cria, porque “ninguém se salva sozinho, isto é, nem como indivíduo isolado, nem por suas próprias forças. Deus atrai-nos, no respeito da complexa trama de relações interpessoais que a vida numa

comunidade humana supõe” (EG 113). Essas palavras que o papa Francisco usa para a Igreja, descrita como rede de relações que salva, aplicam-se também às relações entre a Igreja e os povos entre os quais ela vive.

3. RAÍZES E FRUTOS

O que tornou possível a passagem da *societas perfecta* ao povo de Deus? A consciência da Igreja foi provocada a mudar quando começou a considerar a condição dos cristãos leigos como propriamente eclesial. Tomando consciência da dignidade batismal e da plenitude da participação eclesial de todos os fiéis, a Igreja foi obrigada a se repensar.

Encontramos vestígios desse repensar no processo conciliar. De fato, o segundo capítulo, sobre o povo de Deus, é fruto da extrapolação e reelaboração do capítulo sobre os cristãos leigos. Parte do que era dito sobre os cristãos leigos foi reconhecido como verdade para toda a Igreja. E isso permitiu abandonar a ideia de uma sociedade desigual para abraçar aquela de povo messiânico que tem como cabeça Cristo, como condição a dignidade dos filhos de Deus, como lei o amor e como fim o Reino. São assim representados os elementos clássicos da *societas* (liderança, condição, lei, fim...), mas completamente transfigurados.

Qual é o fruto dessa mudança tão corajosa? Acredito que ele possa ser colhido, em primeiro lugar, na possibilidade de a Igreja mostrar que é sinal e instrumento da comunhão que Deus quer estreitar com os seres humanos e com a qual une os seres humanos entre si (cf. LG 1). Se a marca das relações eclesiais é a fraternidade (e a irmandade) entre os fiéis e para com todos, a sociedade desigual não tem utilidade nenhuma e pode até se tornar motivo de escândalo. Ao contrário, um povo de iguais, irmãos e irmãs, pode confirmar com força que o Evangelho é verdadeiro e é para todos.

vp

Eduardo Brasileiro*

*Eduardo Brasileiro é doutorando e mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; bacharel em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo; pesquisador de pastoral nas áreas de economia e ecologia. É ministro da Palavra e do batismo da paróquia Nossa Senhora do Carmo em Itaquera, São Paulo, e membro da Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara.

Da *Lumen Gentium* à sinodalidade

Dedico este artigo aos padres da Igreja que apresentaram o Vaticano II com todo amor, dedicação e compromisso a nós, cristãos leigos e leigas da zona leste de São Paulo:

*Pe. Paulo Sérgio Bezerra,
Pe. Manoel José de Godoy,
Pe. Dimas Martins Carvalho,
Pe. Devair Carlos Poletto,
Pe. Ticão (in memoriam) e
Pe. Strabelli (in memoriam)*



reconstruir a Igreja povo de Deus,
construindo uma Igreja guardiã
dos povos e da Casa Comum



Entre a constituição Lumen Gentium (LG) da Igreja e o chamado à sinodalidade, feito pelo pontificado de Francisco, existe uma estrada pela qual caminha o povo de Deus. Neste artigo nos propomos discutir o que reconhecemos como pilares dessa constituição, bem como os impactos e reações que ela gerou. A atualização desse documento, sobretudo à luz da sinodalidade, aponta para a urgente renovação do papel do laicato, nas dimensões de formação, articulação e incidência das comunidades eclesiais, e para o enfrentamento das grandes ameaças do clericalismo e de estruturas já envelhecidas. Assim, a LG sinaliza uma eclesiologia que contribui, como ponto de partida, para desenvolver na sinodalidade novo aggiornamento e encarnação junto às realidades vividas pelo povo, sobretudo na defesa dos povos e da Casa Comum.

“A verdade é filha do tempo, e não da autoridade.” (Galileu Galilei)

Introdução

Sessenta anos depois, os ecos do Vaticano II não param de ressoar: por um lado, pela difícil e estimulante concretização desse novo jeito de ser Igreja; por outro, em virtude dos assombros, cada vez mais organizados, de negação ao que fora proposto por esse Concílio. Para mim, como para a maioria dos católicos nascidos após o Concílio Vaticano II, dois horizontes se apresentam: o primeiro é o risco iminente do não resgate de sua memória, colocando o tempo presente diante de um abismo; o segundo é a oportunidade que o papa Francisco oferece, por meio do Sínodo sobre a Sinodalidade, para retomar o espírito do Vaticano II e nos impulsionar rumo a um novo *aggiornamento* e encarnação.

O papa São Paulo VI, meses antes de assumir o pontificado, sucedendo o papa São João XXIII, afirmava que o Concílio deveria se ocupar de um único problema – a Igreja, sua essência e seu caminho a seguir –, porque ele, como os demais padres conciliares, sentia o ímpeto de atualizar a revelação de Deus de

acordo com os novos desafios da modernidade. O Vaticano II não foi, como tentam às vezes apregoar, um concílio apenas de caráter pastoral ou, pior, em contradição com a Tradição da Igreja. Foi, em verdade, um concílio sobre a Igreja na sua totalidade, com propostas que movimentaram as placas tectônicas dessa instituição milenar. A história se faz com coragem e compromisso, e muito do que vivemos cotidianamente em nossas comunidades de fé não necessariamente foi tão natural sessenta anos atrás. Ontem e hoje, uma das capacidades mais bonitas do cristão é a leitura do tempo histórico e o compromisso que assumimos com a realidade em que vivemos.

O Concílio buscou se aproximar das fontes bíblicas e patrísticas e se empenhou em se distanciar das distorções histórico-institucionais da Igreja do segundo milênio. Dessa forma, introduziu uma transformação na abordagem da Igreja, priorizando seu despojamento para ressaltar, de forma mais proeminente, o mistério de Deus. Entre as inúmeras produções que se debruçaram sobre o Concílio, é comum

a percepção de que ele foi tomado por um movimento quenótico-pascal, em referência à passagem de Fl 2,6-11, o que envolve uma dinâmica de descida seguida de exaltação. A dinâmica do Concílio foi, sobretudo, a de construir maior acesso do povo ao mistério de Deus, e esse tema permeia todos os documentos conciliares, encontrando expressão particular na Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (LG).

Essa conhecida constituição sobre a Igreja é o documento-síntese do Vaticano II, sua espinha dorsal, representando, no âmbito da eclesiologia, efetiva revolução. Composta de oito capítulos, a LG aprofunda um caminho inovador para a Igreja até aquele momento. No primeiro capítulo, apresenta o “mistério da Igreja”, retratando-a como a expressão do Reino e a presença do povo unido à Trindade.

O segundo capítulo aborda o desenvolvimento histórico da Igreja, destacando-a como um povo *uno* e universal, formado por todos os que creem, convocados à missão de evangelização. Os capítulos seguintes descrevem a estrutura da Igreja, destacando a igualdade fundamental de todos os batizados na missão e a vocação dos cristãos leigos de buscar o Reino de Deus no mundo. Valoriza-se cada vez mais a participação e a formação dos cristãos leigos na vida da Igreja.

1. Caminhada eclesial latino-americana: memória, compromisso e verdade

A Igreja é um corpo místico. Essa é a eclesiologia que a LG impulsionou e provocou em todos os continentes. Especificamente para nós, latino-americanos, tiveram protagonismo nesse impulso as Conferências Episcopais Latino-americanas e do Caribe, ao tratarem dos aspectos a serem desenvolvidos pela Igreja em cada país com base em conceitos que se tornaram “práxis”: “opção pelos pobres” e “libertação” (Medellín, 1968), “participação” e “comunidades de base” (Puebla, 1979), “inserção” e “inculturação”

(Santo Domingo, 1992), “missão”, “testemunho” e “serviço” de uma Igreja samaritana (Aparecida, 2007).

A LG é um grande documento, e seu texto foi fruto de cerca de quatro mil emendas, sendo promulgada em 21 de novembro de 1964, com 2.151 votos a favor e apenas 5 contra. Ela chegou à minha vida em razão do compromisso com um brado de resistência e esperança na zona leste de São Paulo. Essa região foi também soterrada pelo freio puxado em muitas dioceses e arquidioceses do Brasil, no período entre 1990-2010, que buscavam recrudescer as atualizações do Concílio. A resistência de padres, religiosas/os e leigos/os de origem da região episcopal São Miguel, no tempo de dom Paulo Evaristo Arns e dom Angélico Sândalo Bernardino, fez nascer um coletivo de paróquias chamado Igreja Povo de Deus em Movimento (IPDM), comprometido com a formação, a articulação e a incidência dessas comunidades, embrenhadas em uma das regiões mais desiguais do Brasil.

Esse coletivo tinha como objetivo desenvolver a eclesiologia da LG, tema já tratado na *Vida Pastoral*.¹ Foi em um dos mais de vinte encontros formativos realizados pelo IPDM, de novembro de 2011 até meados da pandemia da Covid-19, que conheci o frei Carlos Josaphat, op, que havia sido assessor do Pe. Chenu durante o Concílio e tinha profundo conhecimento sobre a LG. Ele afirmava que a Igreja, com o Concílio, apostou no amor universal, quando fez a passagem do poder/hierarquia, que promulga dogmas e se defende de heresias e adversários, para uma Igreja reconciliadora, acolhedora e cuidadora.

São as questões sobre a natureza e a missão da Igreja que permeiam toda a produção da LG: “A Igreja é expressão da graça de Deus na qual seus membros são convidados, a exemplo

1 BEZERRA, P. S. Pastoral em tempo de crise. *Vida Pastoral*, São Paulo, ano 59, n. 320, p. 9-17, mar./abr. 2018. Disponível em: https://www.vidapastoral.com.br/wp-content/uploads/2018/02/VP_320_web_FINAL.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

“A RESISTÊNCIA DE PADRES, RELIGIOSAS/OS E LEIGAS/OS DE ORIGEM DA REGIÃO EPISCOPAL SÃO MIGUEL, NO TEMPO DE DOM PAULO EVARISTO ARNS E DOM ANGÉLICO SÂNDALO BERNARDINO, FEZ NASCER UM COLETIVO DE PARÓQUIAS CHAMADO IGREJA POVO DE DEUS EM MOVIMENTO (IPDM).”

do Cristo, a servir uns aos outros” (LG 13) – portanto, um lugar de comunhão de caridade. A expressão povo de Deus (LG, cap. II), abundantemente citada, devolve uma concretude de Igreja participativa, de diálogo e de serviço, perdida pela cristandade. Ademais, na Igreja “[...] reina, contudo, entre todos verdadeira igualdade quanto à dignidade e ação comum a todos os fiéis na edificação do corpo de Cristo” (LG 32) – muito embora a LG pontue os diferentes serviços e o Concílio dedique um documento para desenvolver o apostolado dos leigos (*Apostolicam Actuositatem*).

O reconhecimento dos cristãos leigos como sujeitos, e não rebanho, é a característica da Igreja povo de Deus. Este é o sujeito da missão em que, na comunidade, se constrói “fé, esperança e caridade”. Emerge, assim, desse sujeito – que não é individual, mas coletivo, porque é fruto da comunidade – o “sacerdócio comum dos fiéis” (LG 10), com fundamento no batismo. O capítulo IV da LG é dedicado à fundamentação dos cristãos leigos, sobretudo com a identificação de que o cristão leigo é também Igreja, sendo esta não apenas a hierarquia criada com o sacramento da ordem e suas nomeações – compreensão que, sessenta anos depois do Concílio, ainda persiste, na prática, em muitos níveis episcopais e clericais. O contraste reside justamente em haver Igrejas particulares em que o bispo e/ou o padre se faz distinto dos fiéis.

Em termos históricos, a LG mostra claramente que a Igreja, até aquele momento, não dava conta de sua missão universal e o que realmente a impedia era a coragem de assumir uma imagem e uma prática de povo de Deus, formado por todos aqueles que detêm a cidadania batismal. A Igreja, portanto, com base em todo o conjunto do Concílio, reconhece-se

como *sacramento*, mostrando a realidade humana de Cristo encarnado na história (LG 8) e já não se compreendendo como perfeita, e sim como realidade complexa, visível e invisível, (LG 8) a apontar caminhos: “a Igreja abraça com amor todos os afligidos pela enfermidade humana; mais ainda, reconhece nos pobres e nos que sofrem a imagem do seu fundador pobre e sofredor, procura aliviar as suas necessidades, e intenta servir neles a Cristo” (LG 8).

Para frei Josaphat, op, a grande contribuição do Concílio foi propor uma Igreja sacramento da reconciliação e em diálogo crítico, mas afetuosos, com o mundo (Josaphat, 2015). Foi preciso tempo, e sobretudo metodologia, para que a LG fosse compreendida e sua vocação eclesial, apontada no Concílio, fosse vivida. Para isso, foi necessário garantir um substrato metodológico capaz de dar consistência ao conjunto inteiro. O impulsionador da *Lumen Gentium* e dos demais documentos conciliares, na realidade latino-americana, foi o método ver–julgar–agir. Por esse método, abandonou-se a leitura do documento na perspectiva de premissas teológicas *a priori* e simplesmente indutivas, válida para qualquer tempo e lugar, mas pouco aderente à realidade atual da América Latina e Caribe, e se abraçou um compromisso de *atualização* da experiência de ser Igreja em nosso tempo e lugar, o que não foi isento de confrontos. Os confrontos para consolidar novos processos fazem parte da história. Passa-se do confronto ao consenso, do consenso ao compromisso; no entanto, quando uma estrutura milenar como a Igreja se movimenta, todos sentem e muitos reagem.

Foi o que aconteceu com a investida de um “inverno rigoroso”, comandada pela Cúria romana e pelas Igrejas particulares na fase posterior ao Concílio, sobretudo com

a volta da “grande disciplina”, ocorrida no papado de São João Paulo II. A cada década, os documentos como um todo avançaram pouco na cultura eclesial, por conta das estruturas enrijecidas e da cultura fortemente patriarcal e hierárquica que predomina no seio eclesial. Resistentemente, a graça de Deus sempre esteve presente no carisma comunitário da Igreja, e sua mística, ou seja, sua manifestação, está na essência da simplicidade, o que torna importante lembrar e reverberar experiências de Igreja que, vividas no âmbito da “comunidade de comunidades” (Fernandes, 2023), são verdadeiro oxigênio eclesiológico. São muitas as experiências no Brasil que sustentam uma adesão local e às vezes arqui/diocesana, mas o clericalismo (da parte de bispos, padres e religiosos) afeta a plena realização dos desígnios da LG, por mais que tenhamos tido, à frente da CNBB, lideranças bastante relevantes e construtoras do espírito do Vaticano II (dom Helder, cardeal Aloísio Lorscheider, dom Ivo Lorscheider, dom Luciano Mendes de Almeida, dom Celso Queiroz, entre muitos outros).

A eclesiologia proposta pela LG foi profundamente ofuscada pelo clericalismo ultramontano. Nas últimas décadas, o que se viu, cada vez mais, foram as vestes litúrgicas e as liturgias como um todo começarem a se avultar nos presbitérios e nas comunidades, com discursos mais voltados aos costumes (promovendo estilos de vida conservadores e ressentidos com a realidade, por entenderem que nela não há lugar para os valores cristãos). Há um desafio claro ao cristianismo que é refletir, à luz da Palavra de Deus e do magistério da Igreja, sobre a grande aceleração do tempo causada pela globalização financeira e cultural, o avanço da secularização da sociedade e a emergência climática. Não obstante, o clero nascido após o Concílio opta, em sua maioria, por uma vida menos engajada nas causas do povo de Deus, mais adaptada aos caprichos do

Agenda

Dia a Dia com o Evangelho



Devocional Jesus

(Capa dura – Wire-o)



Aponte a câmera do seu celular e adquira!

Vendas: (11) 3789-4000
0800 016 40 11
paulus.com.br

“O IMPULSIONADOR DA LUMEN GENTIUM E DOS
DEMAIS DOCUMENTOS CONCILIARES, NA REALIDADE
LATINO-AMERICANA, FOI O MÉTODO VER-JULGAR-AGIR.”

capitalismo neoliberal, compreendendo o sacerdócio como profissão, e não tanto como missão-causa, e abstraindo os temas emergentes apontados acima. A LG aponta que o sujeito da missão é o povo de Deus e situa o clero nesse lugar; contudo, os movimentos, cada vez mais crescentes, de espetacularização litúrgica e de divinização dos padres e bispos buscaram enfraquecer a pedagogia que desenvolve a consciência de ser povo de Deus (educação popular) mediante a domesticação dos cristãos leigos e leigas.

A tradição das comunidades eclesiais de base (CEBs), das pastorais, dos organismos do povo de Deus e de outras experiências eclesiais nascidas com o Concílio e com as Conferências Episcopais, aliando os documentos e as perspectivas de missionariedade dos cristãos, não menosprezou o papel do cristão leigo e da missão da Igreja nos lugares de fronteira. Enquanto alguns reivindicam a sacralidade de um Jesus distante, na Tradição da Igreja, retomada pelo Vaticano II na LG, a centralidade da missão está em anunciar que Deus é amor. O Concílio inova em tratar da operacionalidade desse anúncio, buscando respostas para as seguintes perguntas: O que é o mundo de hoje? O que é um protestante ou fiel de outra religião? O que é a política? O Vaticano II procurou ajudar a Igreja a ver todas as realidades à luz do amor universal de Deus, dos efeitos e sinais de Deus na história, por meio do método de escuta da realidade, da acolhida e da pluralidade.

2. A sinodalidade como caminho de retomada da *Lumen Gentium*

As experiências ricamente desenvolvidas na Igreja latino-americana encontraram no papa Francisco uma “primavera eclesial”

(Aquino Júnior; Souza, 2022), e a sensibilidade desse pontificado apontou a novidade que culmina no tripé: 1) “Igreja em saída” (EG 20-24), com a busca de uma ação mais corajosa dos/as leigos/as, religiosos/as e clero, e de maiores compromissos da Igreja na atualidade, sobretudo da experiência como povo de Deus; 2) “Cultura do encontro” (Francisco, 2016), que consiste no esforço da Igreja de encontrar-se com a humanidade em suas mais diversas realidades e garantir a cidadania eclesial aos descartados, como as pessoas LGBTQIA+, as mulheres, as juventudes, as periferias (há uma Igreja anticonciliar que busca dizer até hoje como os jovens e as mulheres devem ser e não enxerga a existência das periferias e das pessoas LGBTQIA+); 3) “Sinodalidade”, desenvolvida pelo papa Francisco como resposta à grande crise na Igreja, que tem andado timidamente mesmo com as reformas na Cúria romana, em decorrência das resistências ao seu pontificado por parte de grande parcela do clero no mundo. Francisco aliou a esse tripé duas ações estratégicas de agitação da ideia-força *sinodalidade*: a experiência do Sínodo para a Amazônia (2018) e a Assembleia Eclesial Latino-americana (2021). Os dois eventos, ocorridos ambos no contexto da América Latina, apontaram para uma Igreja católica que ainda não é o que deve ser: sinodal.

O Concílio Vaticano II indicou efetivo exercício de sinodalidade, com base na colegialidade episcopal, como uma forma de colaboração com o papa, promovendo a instituição de sínodos para subsidiar e enriquecer o exercício do ministério papal. Essa colaboração se manifestou, através de décadas, por meio de reflexões, debates teológicos

sobre diversos temas e um aprofundamento das realidades emergentes que influenciam a vida dos fiéis católicos.

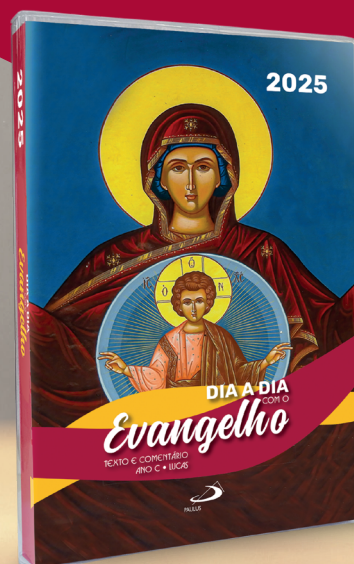
A sinodalidade agora provoca um passo a mais, em que a colegialidade episcopal seja atravessada pela comunhão com o povo de Deus, e os bispos e padres, cada vez mais, comunguem de espaços comuns com os cristãos leigos/as, tendo uma opção eclesiológica clara. Ou seja, a diferença entre a colegialidade episcopal e a sinodalidade eclesial é justamente que a primeira tem operado em cada vez maior tendência à autoconservação, enquanto a outra provoca o encontro de iguais, entre cristãos leigos e bispos, no amadurecimento dos desafios socioeclesiais. Para pensar a colegialidade episcopal e as Conferências Nacionais, veja-se, por exemplo, no âmbito social, que a CNBB, nos anos 1960 a 1980, se pronunciava e era escutada, ao passo que atualmente ela silencia ou se omite diante de muitas situações de sofrimento do povo. No âmbito eclesial, vê-se que seus pronunciamentos pastorais são cada vez menos lidos, seus debates e agendas menos considerados e a autoridade de bispos e padres é questionada por instâncias de ultraconservadores organizados. As Conferências Episcopais realmente são instituições jovens no contexto da Igreja, mas cabe a elas serem atravessadas por novas composições, incluindo o conjunto do povo de Deus.

O encontro do pontificado de Francisco com a Amazônia carrega caminhos possíveis para a crise institucional do episcopado e dos entraves diante do conservadorismo. O Sínodo para a Amazônia, iniciado pelo próprio Francisco com os povos originários, em Porto Maldonado, no Peru, constituiu um movimento de escuta comprometedor. Desenvolvido pela Repam (Rede Eclesial Pan-amazônica), recém-criada na época, a escuta deu voz a um apelo por novas experiências eclesiais da Igreja diante do extrativismo da floresta, do garimpo de mineradoras, do

Agenda

**Dia a Dia com
o Evangelho**
(Capa Cristal)

Formato: 13,5 x 20 cm – Páginas: 432



Devocional Maria

(Capa cristal)



Aponte a câmera do
seu celular e adquira!

Vendas: (11) 3789-4000
0800 016 40 11
paulus.com.br

narcotráfico, dos megaprojetos financeiros de lucro e exploração e, sobretudo, de uma evangelização descontextualizada. O papa Francisco, inadvertidamente, provocou a Igreja local e regional a pensar sobre si mesma e trazer os bispos do mundo inteiro a pensar com ela: comunhão, participação e missão. Não era Roma falando ao mundo, mas a Igreja local contribuindo com Roma e falando, assim, ao mundo. Todo cristão, adicionado à comunidade eclesial em virtude do batismo, torna-se solidariamente responsável, com os demais batizados, por toda a Igreja (LG 12; 17): “Se assim não fosse, a Igreja não seria uma Igreja de Igrejas, mas uma mera casta de bispos” (Brighenti, 2020).

Francisco provoca a retomada de uma Igreja-povo de Deus ao assumir o desafio de uma Igreja “acidentada, ferida e enlameada” (EG 49) na complexa e urgente realidade amazônica; Igreja atenta às dores e sofrimentos do povo em um momento de colapso econômico, político e ambiental, em meio a propostas distintas e controversas de transição energética e ao debate sobre os recursos da Amazônia. A Igreja reconciliadora, acolhedora e cuidadora, anunciada no Vaticano II, precisa reconhecer seu papel, ao descer à realidade dos oprimidos, decisivamente mais uma vez, e povoar suas reflexões com as vozes das periferias, ter o tom de anúncio e denúncia em favor da vida dos povos e do planeta, nutrida pela encíclica *Laudato Si'*, que a convida a ser uma Igreja guardiã dos povos e da Casa Comum.

O papa Francisco, forçando a Igreja à vivência sinodal, tem mobilizado encontros mundiais com movimentos populares; de outra parte, não se tem visto nenhuma iniciativa semelhante por parte do conjunto do episcopado, nem mesmo o confronto de questões centrais, como a privatização dos bens comuns (água e solo) e os assuntos de natureza econômica em tempos neoliberais. É um tempo de mudança profunda, em que a Igreja deverá ser, cada vez menos, a autocentrada dona da

palavra e, cada vez mais, uma colaboradora no fomento de espaços de diálogo, na transformação de situações de injustiça e na promoção de ampla agitação nas estruturas diocesanas e paroquiais, em busca da sinodalidade.

Uma dimensão sinodal que remonta à LG é a comunitarização da Igreja. A Igreja altamente curial e paroquial necessita do exercício comunitário, e isso passa por uma recentralização das comunidades em torno de prioridades como defender e incluir os pobres e miseráveis, desenvolver uma ministerialidade viva, construtora da cidadania eclesial, reconhecer nova centralidade nas relações, baseada no chamado dos cristãos para serem guardiões da Casa Comum, e, finalmente, ter como foco o crescimento da dimensão amorosa de Jesus no seio da comunidade (comunidades agapocêntricas) (Guimarães, 2022).

Esses desafios são trilhas para o caminho eclesial de uma Igreja sinodal, desde o reconhecimento e aproximação do mundo natural (LS 2015) até a opção pelo serviço da fraternidade (FT 2020). Perceber-se como uma entre as outras – portanto, irmã – levá-la a fazer comunhão mais profunda com os desafios ecológicos e socioeconômicos com que nos deparamos no mundo.

3. Caminhos para uma Igreja povo de Deus, sinodal e periférica

Finalmente, as luzes da LG confirmam a vocação sinodal da Igreja, em mais um caminho em que encontramos frestas para ver a cidadania batismal do povo de Deus ter lugar, de modo que a renovação pretendida

“O PAPA FRANCISCO,
INADVERTIDAMENTE, PROVOCOU
A IGREJA LOCAL E REGIONAL A
PENSAR SOBRE SI MESMA E TRAZER
OS BISPOS DO MUNDO INTEIRO A
PENSAR COM ELA: COMUNHÃO,
PARTICIPAÇÃO E MISSÃO.”

pelo pontificado de Francisco possa frear o ciclo de conforto da Igreja e provoque uma reforma profunda no seu jeito de ser e estar. Isso passará pelo confronto com estruturas ultraconservadoras que residem em seu interior e garantem a manutenção da pompa curial, de uma Igreja cada vez mais branca, cheia de privilegiados e descomprometida com os pobres e com a mãe terra.

O canto das comunidades que diz “Caminheiro, você sabe que não existe caminho; passo a passo, pouco a pouco o caminho se faz” é uma lição constante para o povo de Deus que caminha nas estradas de Jesus. A LG é expressão institucional plena do que a Igreja deve ser, viver e crer, como também sua sucessiva atualização diante do “espírito do tempo” que convida a constante *aggiornamento* e encarnação nas realidades. A sinodalidade, de fato, não será a resposta para todas as grandes aflições do povo de Deus neste tempo da Igreja católica no mundo; que ela seja, contudo, o espaço que conseguir ser de concretização da fraternidade universal (com os pobres e a terra), ansiada por todos os que constroem comunidades de fé.

Dessa maneira, o clamor em vista da memória, do compromisso e da verdade sobre todos os frutos produzidos no Concílio Vaticano II, incluindo as resistências ao freio conservador das décadas seguintes a esse evento, será concretizado pelo desenvolvimento de novas arquiteturas eclesiais que movimentem e provoquem o protagonismo das comunidades. Terá lugar, assim, uma Igreja povo de Deus alicerçada em uma missionariedade que não será exercida para a autopreservação, e sim para o comprometimento com as causas de promoção do bem comum e de cuidado da Casa Comum. **vp**

Referências bibliográficas

AQUINO JÚNIOR, F. de; SOUZA, N. de. *10 anos de Francisco: balanço e perspectivas*. São Paulo: Recriar, 2023.

BRIGHENTI, A. A sinodalidade como referencial do estatuto teológico das conferências episcopais. *ATeo*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 64, p. 197-213, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/47904/47904.PDF>. Acesso em: 20 jun. 2024.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *A Sinodalidade na Vida e na Missão da Igreja*. 2018. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_20180302_sinodalita_po.html. Acesso em: 10 jun. 2024.

FERNANDES, R. M. *Paróquia, “comunidade de comunidades”, na sociedade em transformação: um estudo no contexto das reflexões eclesiológicas da CNBB*. São Paulo: Paulus, 2023.

FRANCISCO, Papa. *Evangelii Gaudium*: Exortação Apostólica sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual (EG). 2014. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 10 jun. 2024.

FRANCISCO, Papa. *Fratelli Tutti*: Carta Encíclica sobre a fraternidade e a amizade social (FT). São Paulo: Paulus, 2020.

FRANCISCO, Papa. *Por uma cultura do encontro*: meditações matutinas na capela da casa Santa Marta. 2016. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/cotidie/2016/documents/papa-francesco-cotidie_20160913_cultura-do-encontro.html. Acesso em: 10 jun. 2024.

GUIMARÃES, J. G. M. Da assembleia eclesial ao Sínodo da Sinodalidade. In: AQUINO JÚNIOR, F. de; MORI, G. L. de. *Igreja em saída sinodal para as periferias: reflexões sobre a I Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Paulus, 2022.

JOSAPHAT, C. *Vaticano II: a Igreja aposta no amor universal*. São Paulo: Paulinas, 2015.

*O presente texto foi pensado no conjunto das reuniões do Observatório Eclesial Brasil e sistematizado por Alzirinha Souza (PUC-Minas e Itesp) e Edelcio Ottaviani (PUC-SP) com base nos textos apresentados por: Alzirinha Souza e Celso Carias (PUC-Rio), D. Joaquim Mol (arquidiocese de Belo Horizonte), Dra. Maria Inês Castro Millen, Wagner Sanchez (PUC-SP).

O enfrentamento dos abusos sexuais na Igreja católica

“Diante dos abusos, especialmente daqueles cometidos por membros da Igreja católica, não basta pedir perdão.”
(papa Francisco, 2/3/2024)



O presente artigo tem por objetivo primeiro oferecer um aprofundamento da reflexão sobre o tema dos abusos na Igreja e os caminhos para denúncia em caso de identificação de alguma situação consigo ou com alguém próximo. O Observatório Eclesial Brasil deseja oferecer essa reflexão como contribuição às necessárias correções da vivência eclesial.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, em diversos países do mundo, a Igreja católica tem sido objeto de muitas denúncias de abusos sexuais, cometidos por membros do clero e por religiosos/as. Nem sempre ela tem enfrentado esses casos com firmeza e com respeito às vítimas. Historicamente, as medidas adotadas visam esconder o problema e proteger os agressores.

Via de regra, para proteger quem comete o crime, coloca-se a vítima no descrédito. É uma segunda violência cometida contra pessoas que, na maioria das vezes, se encontram indefesas. As agressões por parte do clero e de religiosos e as reações da Igreja católica causam escândalo e comprometem o testemunho do Evangelho.

O papa Francisco tem procurado enfrentar essa situação, estabelecendo procedimentos que visam acolher as vítimas e punir os agressores. No entanto, ainda há muito para fazer. É preciso tornar mais rigorosos os critérios de seleção de candidatos ao presbiterato e à vida religiosa e mudar os percursos formativos nos seminários e nas casas de formação. Ao mesmo tempo, precisamos rever a moral da sexualidade, construída ao longo dos séculos,

que favorece uma concepção negativa do corpo e do sexo, comprometendo o crescimento sadio das pessoas e a integração da afetividade.

Uma das raízes dos abusos sexuais é o exercício exacerbado do poder dentro da Igreja católica. Poder que deveria ser serviço, mas tem sido, na maioria das vezes, poder-opressão. O clericalismo, tão denunciado pelo papa Francisco, é expressão requintada desse poder-opressão.

Neste texto, o Observatório Eclesial Brasil (OEB) quer propor uma reflexão sobre um tema tão delicado e tão urgente como o dos abusos sexuais. O texto está organizado em três partes: na primeira, refletimos sobre o paradigma ético do cuidado; na segunda, apresentamos uma reflexão sobre a questão dos casos de abusos sexuais; na última, apresentamos os caminhos possíveis de denúncia.

Convidamos todas as pessoas católicas a enfrentar corajosamente essa reflexão. É a partir daí que podemos pensar caminhos de conversão e de mudança para toda a Igreja.

1. O CUIDADO COMO PARADIGMA ÉTICO

A ética contemporânea, depois de passar por vários modelos de sustentação, viáveis para o tempo no qual foram desenvolvidos, precisa,

“É preciso tornar mais rigorosos os critérios de seleção de candidatos ao presbiterato e à vida religiosa e mudar os percursos formativos nos seminários e nas casas de formação.”



hoje, olhando para a realidade na qual estamos imersos, buscar novas ancoragens, novos paradigmas, que garantam tempos menos terríveis. Uma primeira constatação, manifestada várias vezes pelo papa Francisco, é que a ética cristã já não se configura como aquela que deve garantir determinadas condutas, ditadas por regras fixadas desde sempre, mas sim como aquela capaz de buscar a experiência do amor, que reinventa e recria tudo de novo, a cada vez (Millen, 2022). Várias passagens dos Evangelhos mostram Jesus desobedecendo à lei para cumprir a Lei. Retomemos Marcos, na discussão sobre o sábado judaico: “O sábado foi feito para o homem, e não o homem para o sábado” (Mc 2,27). O amor e o cuidado para com as pessoas são o eixo sobre o qual deve se mover toda lei. Assim nos diz Paulo: “Carregai os fardos uns dos outros; assim cumprireis a lei de Cristo” (Gl 6,2).

Para esta reflexão, uma definição de cuidado talvez seja necessária. Leonardo Boff, na esteira de Heidegger, reconhece o cuidado como o modo de ser essencial, como uma dimensão fontal, originária, ontológica. “O cuidado é o que confere ao ser humano a sua humanidade. É, portanto, um existencial básico” (Boff, 1999, p. 34).

O ser humano, em comparação com os outros animais, nasce muito imaturo, frágil, a ponto de ser incapaz de buscar por si só o alimento necessário à sua sobrevivência. Demora quase um ano para aprender a falar, para se colocar de pé e andar. Nessa etapa da sua existência, o cuidado que outros lhe dedicam é fundamental. Ninguém sobrevive sem ele.

Precisamos resgatar o modo de ser do cuidado com base na experiência do afeto, aquela que desperta em nós a capacidade

de sentir, de nos emocionar, de nos deixar encantar pela vida nossa e dos outros, de nos envolver com o que nos rodeia por meio da reabilitação dos vínculos que nos sustentam. Boff diz que “cuidar das coisas implica ter intimidade, senti-las dentro, acolhê-las, respeitá-las, dar-lhes sossego e repouso. Cuidar é entrar em sintonia com, auscultar-lhe o ritmo e afinar-se com ele” (Boff, 1999, p. 96). Ainda nos falta considerar como eixo da vida a razão cordial.

A Igreja – como comunidade humana, ao ter o amor como princípio fundamental que deve regular as relações entre as pessoas – precisa ter em conta o paradigma ético do cuidado que gera acolhimento e ternura. Propomos, neste texto, pensar na questão dos abusos tendo em conta o mandamento do amor e o paradigma ético do cuidado.

2. UMA REFLEXÃO SOBRE A QUESTÃO DOS ABUSOS NA IGREJA CATÓLICA

A questão da sexualidade sempre foi vista como um problema para a Igreja católica, sobretudo após Agostinho, com sua antropologia dualista, que introduziu o dispositivo da “concupiscência”,¹ demonizando o corpo e, por extensão, a vivência sexual, que transcende o objetivo da procriação. Essa perspectiva, durante séculos, colocou toda a prática da sexualidade no banco dos réus.

Para ilustrar o que estamos dizendo, vale recorrer à encíclica *Sacra Virginitas*, de 1954, em que Pio XII afirma, com autoridade e solenidade, a superioridade da *virgindade/ celibato* em relação à vida matrimonial:

¹ Por concupiscência Agostinho entende: toda inclinação de apetite da carne, como penalidade após a queda e a expulsão do paraíso.

Não falta, contudo, quem, saindo do bom caminho, nos dias de hoje exalte o *matrimônio* a ponto de colocá-lo praticamente acima da virgindade, depreciando, conseqüentemente, a castidade consagrada a Deus e o celibato eclesiástico. Por isso nos pede agora a consciência do nosso cargo apostólico que declaremos e defendamos a doutrina da excelência da virgindade, para acautelarmos de tais erros a verdade católica. Esta doutrina da excelência da *virgindade* e do *celibato*, e da superioridade de ambos em relação ao matrimônio, tinha sido declarada, como dissemos, pelo divino Redentor e pelo apóstolo das gentes; do mesmo modo foi também definida solenemente no Concílio Tridentino como dogma de fé e comentada sempre unanimemente pelos santos padres e doutores da Igreja. Além disso, os nossos predecessores e nós mesmos a explicamos muitas vezes e recomendamos insistentemente (n. 8; 31; grifo nosso).

O Concílio Vaticano II não confirma esse ensinamento e o papa São João Paulo II, na audiência geral de 14/4/1982, afirma que não se pode falar em inferioridade do matrimônio:

Nas palavras de Cristo sobre a continência “por amor do Reino dos Céus” não há indício algum acerca da “inferioridade” do *matrimônio*, no que diz respeito ao “corpo”, ou seja, a respeito da essência do matrimônio, consistente no fato de que, nele, o homem e a mulher unem-se de modo a serem uma “só carne” (cf. Gn 2,24).

Esse foi um passo para reconhecer a bondade e o valor da sexualidade no matrimônio. Fora do matrimônio, continua a ser uma questão complicada, um tabu sobre o qual pesam muitas condenações. Um exemplo disso foi a rejeição, por parte de grupos conservadores, à Exortação Pós-sinodal *Amoris Laetitia*. Os teólogos católicos, que refletem sobre a ética

Planner Devocional

Cultive uma
rotina de devoção
e crescimento
espiritual.



Formato: 10,5 x 18 cm – Páginas: 32



Vendas: (11) 3789-4000
0800 016 40 11
paulus.com.br

da sexualidade, encontram dificuldades até por parte do magistério, que, de modo geral, apresenta o sexo, em qualquer circunstância, como uma realidade pecaminosa.

É nesse contexto de distorção da compreensão da sexualidade que nos cabe refletir sobre os abusos sexuais dentro da Igreja católica. Num contexto eclesial em que a sexualidade e o corpo são desvalorizados e classificados como pecado, a prática de abusos sexuais por pessoas da instituição eclesiástica se torna um contrassenso e os discursos moralizantes sobre a sexualidade uma hipocrisia.

Essa situação se agrava quando setores da hierarquia católica adotam atitudes de complacência e de acobertamento em relação aos agressores. Um exemplo dessa hipocrisia é o fato da condenação rigorosa – e muitas vezes de forma histérica – do aborto, não acompanhada do mesmo rigor em condenar os casos de pedofilia e abusos por parte do clero e de religiosos e religiosas. Tais casos, que fazem tantas vítimas e provocam o adoecimento e a morte (psicológica e social) de tantas pessoas, não são criminalizados pela Igreja. Para as mulheres que abortam, resta-lhes a pecha de assassinas; para os abusadores, a proteção da instituição.²

No Brasil, ainda são poucos os casos de abusos por parte do clero e de religiosos e religiosas que ganham visibilidade na imprensa. Além disso, lamentavelmente, não temos, por parte da Igreja, estatísticas de casos de abuso sexual.

2.1. Destaques éticos

Apresentamos em seguida alguns destaques (ou elementos) éticos para examinar a questão do abuso e pensar estratégias para seu enfrentamento.

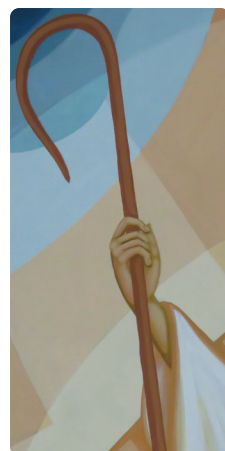
² Ainda sobre a reação de membros da hierarquia e de movimentos leigos conservadores quando se apresenta a questão do aborto, é importante realçar que essas autoridades e grupos não condenam com a mesma veemência outras formas de ameaça à vida, tais como a desigualdade, a fome, a miséria extrema, a violência contra os mais vulneráveis, as guerras fratricidas por motivos econômicos, a adesão a uma extrema direita fascista que apoia e incentiva o uso de armas de fogo com a clara intenção de matar os inimigos etc.

- *Desumanização* – quando as coisas são mais valorizadas que as pessoas – e *reificação*, quando as pessoas passam a ter valor de objeto. Perdemos nossa capacidade de nos reconhecermos e de agir como humanos, seguindo o critério deixado por Jesus: a pessoa humana está acima de tudo na criação.

- *Corporativismo*, quando membros da hierarquia eclesiástica defendem seus confrades e a si mesmos em vista da manutenção de um poder que garante a impunidade (clericalismo).

- *Cultura do medo*, que gera e dissemina o silêncio, o segredo e os subterfúgios para preservar os interesses da instituição eclesiástica e evitar escândalos. O medo é sentimento poderoso e, às vezes, devastador, sobretudo quando se mistura com sentimento de culpa e sensação de fracasso. Pode ser causado pelo poder exercido, quando é *poder sobre* os outros e revela autoritarismo, escondido sob a imagem de um Deus juiz, à diferença do Deus misericordioso revelado em Jesus. Quando o exercício da autoridade dentro da Igreja se faz pela lógica do poder judiciário que imputa e oprime, ele vai na contramão do amor, da compaixão,

“Precisamos
resgatar o
modo de ser
do cuidado
com base na
experiência
do afeto.”



do perdão e da misericórdia (Francisco, 2021). Um poder que subjuga, que oprime, que impede o crescimento e a formação madura da identidade, infantiliza as pessoas e as impede de se compreenderem, de se dizerem.

- *Analfabetismo afetivo.* O amor humano verdadeiro supõe intimidade, proximidade, cuidado, toque, ternura. Infelizmente, esses elementos do amor não constituem o eixo da moral cristã, são aspectos não muito bem-aceitos no interior da Igreja. O amor por ela cultivado é o platônico, que traz um espiritualismo amoroso, no qual os corpos, com seus desejos e necessidades afetivas, não contam, quiçá até são desprezados.

- *Patriarcalismo, machismo e misoginia.* Na Igreja católica predomina uma cultura fundada no patriarcalismo, a qual se expressa no machismo e na misoginia. Esse patriarcalismo está presente nas mentes, nos discursos, nas estruturas eclesiais e nas relações desiguais que se dão entre homens e mulheres dentro da instituição.

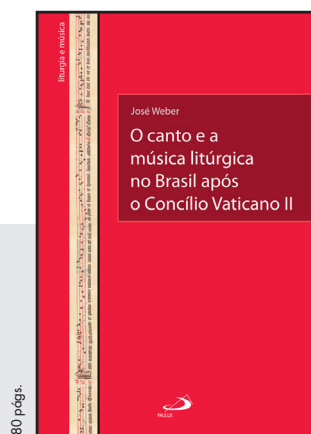
2.2. O que fazer?

Diante dessa situação, cabe perguntar-nos: o que fazer? Propomos a seguir alguns passos concretos.

- A Igreja deve reconhecer seus pecados e crimes e nomeá-los, trazê-los à luz, arrepender-se e adotar medidas concretas para enfrentar os abusos morais, sexuais e de autoridade.
- A Igreja deve fazer justiça, ao tratar crimes como crimes, acolher as vítimas, escutá-las, dando-lhes voz e proporcionando-lhes o cuidado de que necessitam.
- A Igreja deve reconhecer o trabalho investigativo desenvolvido por comissões independentes da sociedade civil.

O canto e a música litúrgica no Brasil após o Concílio Vaticano II

José Weber



80 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

O livro conta a história da música na Igreja, aborda obras importantes para o tema e analisa a música usada nas celebrações hoje, oferecendo um panorama da música cantada para louvar a Palavra de Deus.



Aponte a câmera do seu celular e confira no nosso site!

Vendas: (11) 3789-4000
0800 016 40 11

paulus.com.br



“O amor humano verdadeiro supõe intimidade, proximidade, cuidado, toque, ternura.”

- A Igreja deve adotar estratégias de prevenção, tornando mais rigoroso o processo seletivo para o sacerdócio e a vida religiosa.
- A Igreja deve investir no processo formativo nos seminários e nas casas de formação, para favorecer uma cultura que respeite o protagonismo do outro, notadamente do laicato, haja vista que no interior dessas casas e desses seminários há também abusos entre os pares.

3. CAMINHOS DE DENÚNCIA

Para que o leitor possa se situar melhor e orientar as pessoas em caso de realização de denúncias, oferecemos abaixo elementos que explicitam os meandros no campo eclesialístico-jurídico e civil.

3.1. Denúncia eclesialística: caminhos

Para a compreensão do processo canônico, utilizamo-nos de dois documentos centrais para a questão. São eles: a Carta Apostólica sob forma de “motu proprio” *Vos Estis Lux Mundi* (Francisco, 2019) e, para o que nos interessa especificamente neste ponto, o *Vademecum: sobre alguns pontos de procedimento para tratar os casos de abuso sexual de menores cometidos por clérigos* (Dicastério para a Doutrina da Fé, 2020).

No “motu proprio” *Vos Estis Lux Mundi*, encontramos dois elementos essenciais:

- 1) o estabelecimento do prazo, de até um ano, a partir da publicação do documento, para a formação das comissões

loais para recebimento de denúncias (art. 2, § 1) – isto é, de órgãos que sejam facilmente acessíveis ao público para receber denúncias de abusos. Logo, a obrigatoriedade de investigar todas as denúncias;

2) a especificação do delito, vinculado ao sexto mandamento (pecados contra a castidade), a saber (art. 1):

- a) forçar alguém, com violência, ameaça, abuso de autoridade, a realizar ou sofrer atos sexuais;
- b) realizar atos sexuais com menor (toda pessoa que tiver idade inferior a 18 anos ou a ela equiparada por lei civil) ou pessoa vulnerável (toda pessoa em estado de enfermidade, deficiência física ou psíquica ou de privação de liberdade pessoal que, de fato, limite sua capacidade de entender ou querer ou, em todo caso, de resistir à ofensa);
- c) produção, exibição, posse ou distribuição, inclusive por via digital, de material pornográfico infantil, bem como recrutamento ou indução à participação de produção pornográfica infantil.

O *Vademecum: sobre alguns pontos de procedimento para tratar os casos de abuso sexual de menores cometidos por clérigos*, publicado no ano seguinte, apresenta, de forma mais ampla e mais aprofundada, as responsabilidades e os procedimentos para verificação das denúncias. Entendemos que os elementos abaixo são de essencial conhecimento:

- 1) É necessário que o responsável representante da Igreja aceite as denúncias, que não precisam ser realizadas unicamente de maneira formal (em documento escrito), sendo aceitas as orais e testemunhais (II, 9). Elas podem ser realizadas nos seguintes órgãos: a) ao ordinário local;

b) ao bispo ou responsável superior; c) às comissões diocesanas estabelecidas para esse fim; d) ao Tribunal Eclesiástico; e) aos provinciais das congregações e institutos de vida consagrada; f) à Nunciatura Apostólica de cada país (Brasil: SES 801 Lote 01 – Brasília/DF – CEP 70401-900 – tel.: 55 (61) 3223-0794; g) ao Dicastério para a Doutrina da Fé (CDF), no Vaticano (Dicasterio para a Doutrina da Fé, Palazzo del Sant’Uffizio – 00120 Città del Vaticano).

2) Obrigação dos responsáveis pela administração eclesiástica de verificar todas as fontes apresentadas de delito, salvo as conhecidas por meio do sacramento da confissão. A estas o confessor deve orientar a realização da denúncia pelo penitente (II, 10-11).

3) A autoridade eclesiástica deve apresentar denúncia às autoridades civis competentes, sempre que o considere indispensável para proteger a vítima (II, 17).

4) Aquele que recebe a denúncia deve transmiti-la “sem demora” ao responsável eclesiástico superior, de acordo com a instituição à qual pertence o denunciado (II, 31).

5) Deve-se evitar que se realize simplesmente uma transferência de ofício, de circunscrição, de casa religiosa do clérigo ou religioso/a envolvido. Isso não é solução satisfatória do caso (III, 63).

Apesar do avanço institucional, que obriga a existência de órgãos eclesiásticos mais próximos daqueles/as que desejam realizar as denúncias, e das possibilidades e caminhos apresentados, é importante ressaltar que o documento abre uma brecha de isenção de responsabilidade da instituição ao prever

também que: “desde o momento em que se tem a denúncia de delito, o acusado tem o direito de apresentar pedido para ser dispensado de todas as obrigações inerentes ao seu estado de clérigo, incluindo o celibato, e contextualmente de eventuais votos religiosos” (IX, 157). Nesse caso, o processo está imediatamente instinto, uma vez que o acusado já não pertence à instituição religiosa, restando à vítima, se assim o desejar, o caminho da justiça civil.

3.2. Denúncia civil: caminhos

As denúncias penais podem ser feitas por dois meios:³

1) Registro de ocorrência policial ou comunicação à autoridade policial de crime acontecido – “notícia-crime” (a presença de um advogado não é requisito para o procedimento, mas, dada a complexidade dos fatos, é melhor estar acompanhado/a);

2) Encaminhamento de representação ao Ministério Público (MP) local, noticiando o fato criminoso, para que seja aberta investigação (em regra, feita por advogado). Pode ser feita também denúncia via Ouvidoria do MP local (o que igualmente não exige advogado, mas, dada a gravidade dos fatos, é recomendável).

Como se trata de ação penal pública incondicionada, será aberta investigação pela autoridade, dando início ao processo penal (fase inquisitorial de produção de provas, sem contraditório nem ampla defesa). Uma vez comprovados os fatos, ao final da investigação, será feita a denúncia pelo Ministério Público, a qual, ao ser recebida pela autoridade judiciária, dará início à fase judicial do processo criminal, agora com contraditório e ampla defesa (ao final, a sentença).

³ Este item contou com a colaboração especial do Prof. Dr. Eduardo Xavier Lemos, professor vinculado à Universidade de Brasília (UnB) e presidente da Comissão Justiça e Paz de Brasília CJP/DF, e do Prof. Dr. José Geraldo de Sousa Jr, professor titular da UnB e membro da Comissão de Justiça e Paz de Brasília.

Se os fatos forem muito antigos, é necessário verificar se os crimes não estão prescritos, impedindo o processamento da ação penal (a depender do delito, da idade da vítima etc., em regra, os crimes prescrevem de doze a vinte anos do acontecimento dos fatos). Independentemente da esfera penal (e mesmo no caso de prescrição), existe a possibilidade de reparação dos danos civis via ação civil “ex delicto” (mais voltada aos danos materiais) ou via ação indenizatória civil “comum” (essa para os danos materiais e morais). O Superior Tribunal de Justiça tem admitido a ação reparatória mesmo em casos de ação penal prescrita.

4. LEI “NÃO É NÃO” (LEI 14.786, DE 2023)

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou, no dia 28 de dezembro de 2023, sem vetos, a lei que estabelece o protocolo “Não é Não”, destinado a prevenir o constrangimento e a violência contra a mulher em ambientes nos quais sejam vendidas bebidas alcoólicas, como casas noturnas, boates e casas de espetáculos musicais em locais fechados ou *shows*. Ficam de fora das novas regras os eventos em cultos ou outros locais de natureza religiosa. Nos casos de atividades esportivas, o protocolo deverá ser seguido pela organização esportiva responsável pela organização de competições, conforme a Lei Geral do Esporte (Lei 14.597/23).

Creemos que a lei aprovada significa um passo a mais para a proteção das mulheres em meio a abusos de toda ordem. Contudo, cabe-nos perguntar: por quais razões os espaços de culto não foram formalmente incluídos pela lei, sobretudo nos tempos atuais, em que os escândalos provenientes de abusos vêm à tona com tanta frequência nas mídias? Acaso, no espaço religioso, “não” passa a ser “sim”?

Diante dessa lei, permitimo-nos alguns questionamentos. Primeiro, por que, em um espaço religioso, o “não” deve ser sempre

“não”? Ora, porque se pressupõe, em teoria, que nesse espaço não deveria haver tal nível de ausência de limites ou perversidade que afrente aqueles/as que aí estão.

Um segundo ponto é a consideração de que o espaço religioso, por si, se diferencia do espaço “público”, dado seu objetivo. Ou seja, em teoria, somente frequentam um espaço religioso aqueles/as que compreendem seu destino e uso, diferentemente de um bar, do transporte público etc., frequentados por pessoas que inferem, de forma personalizada, o uso e o limite de prática.

Finalmente, há uma questão político-governamental de manter o equilíbrio e o diálogo com as denominações religiosas, sem lhes impor a marca de instituições que permitem esse tipo de comportamento. Incluir o espaço religioso nas categorias de espaços de abusos é dar reconhecimento público antecipado de que neles ocorrem esses crimes.

Como dissemos, trata-se de teoria, porque, na prática, não é o que acontece. Logo, os espaços religiosos não deveriam ficar fora da lei.

CONCLUSÃO

Neste texto, não tivemos a pretensão de dar uma palavra final sobre o tema dos abusos. Quisemos, antes, por um lado, contribuir para o aprofundamento e a compreensão do tema, para que o leitor saiba o que constitui um abuso, suas implicações eclesialístico-jurídicas e civis e os caminhos de denúncia para quem se sentiu inserido nessa situação; por outro, quisemos deixar explícita a complexidade do processo de denúncia, para que as pessoas estejam prevenidas quanto ao embate institucional, marcado pela sombra de uma cultura patriarcal, repressiva e corporativista. Isso não deve ser visto como desestímulo a um processo de depuração dos abusos sexuais no meio religioso, mas como alerta àqueles/as que veem nas denúncias um modo de correção do sentido último da vida eclesial.

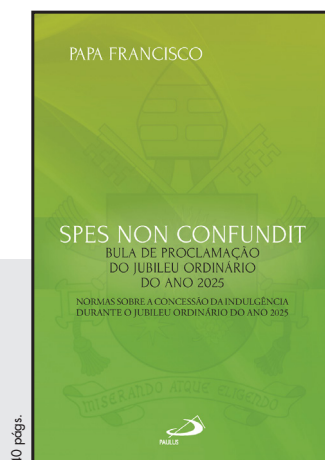
vp

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOFF, L. *Saber cuidar: ética do humano – com paixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRASIL. Lei n. 14.786, de 28 de dezembro de 2023. Cria o protocolo “Não é Não”. *DOU*: Brasília, DF, ed. extra 29 dez. 2023, p. 2, col. 2. Disponível em: <https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2023-12-28;14786>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- DICASTÉRIO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Vademecum*: sobre alguns pontos de procedimento para tratar os casos de abuso sexual de menores cometidos por clérigos. 2. ed. rev. [Vaticano]: [s. n.], 5 jun. 2022. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/ddf/rc_ddf_doc_20220605_vademecum-casi-abuso-2.0_po.html. Acesso em: 11 jun. 2024.
- FRANCISCO, Papa. *Angelus*. [Vaticano]: Libreria Editrice Vaticana, 14 fev. 2021. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/angelus/2021/documents/papa-francesco_angelus_20210214.html. Acesso em: 11 jun. 2024.
- FRANCISCO, Papa. *Vos Estis Lux Mundi*: Carta Apostólica sob forma de “motu proprio”. [Vaticano]: Libreria Editrice Vaticana, 9 maio 2019. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/motu_proprio/documents/papa-francesco-motu-proprio-20190507_vos-estis-lux-mundi.html. Acesso em: 11 jun. 2024.
- JOÃO PAULO II, Papa. *Audiência geral*. [Vaticano]: Libreria Editrice Vaticana, 14 abr. 1982. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/audiences/1982/documents/hf_jp-ii_aud_19820414.html. Acesso em: 11 jun. 2024.
- MILLEN, M. I. C. Paradigmas da ética teológica. In: *THEOLOGICA Latinoamericana*. Enciclopédia digital. [Belo Horizonte]: Faje, 2022. Disponível em: <http://teologicalatinoamericana.com/?p=2777>. Acesso em: 11 jun. 2024.

Spes Non Confundit Bula de Proclamação do Jubileu Ordinário do Ano 2025

Papa Francisco



Imagens meramente ilustrativas.

Distribuída em 25 pontos, a Bula é constituída por súplicas, propostas e apelos em favor dos encarcerados, dos enfermos, dos anciãos, dos menos favorecidos e jovens. Sua proposta é anunciar a boa-nova de um Ano Santo, cujo tema será: “Peregrinos de esperança”.



Aponte a câmera do seu celular e confira a degustação do livro!

Vendas: (11) 3789-4000
0800 016 40 11

paulus.com.br

ROTEIROS HOMILÉTICOS

Pe. Maicon André Malacarne*

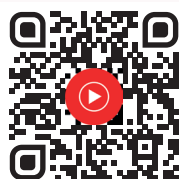
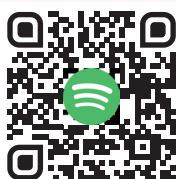


Acesse também o programa
Palavra Viva pelo QR code
ao lado.

Cada um dos roteiros está acompanhado de códigos QR  que remetem para as plataformas digitais de músicas  Spotify e  YouTube Music e trazem sugestões de cantos para a respectiva celebração. Ouça os álbuns Paulus, de forma gratuita, nas principais plataformas de *streaming*.

TODOS OS FIÉIS DEFUNTOS

2 de novembro



Vida eterna, vida relacional!

I. INTRODUÇÃO GERAL

O saudoso dom Luciano Mendes de Almeida, em certa reflexão sobre o dia de Finados, dizia: “Na verdade, não foram eles que já partiram, somos nós que ainda não chegamos”. Nosso destino é uma vida ressuscitada, uma vida “de pé”, que nunca se encerra em si mesma, mas encontra sentido nas relações e no estilo de viver cada dia. A eternidade não é a vida depois da morte, mas uma experiência de apostar no amor e comunicar o amor, não obstante as contradições e sofrimentos que nos assolam.

A teologia do profeta Isaías propõe a imagem do banquete como comemoração da salvação de Deus. Uma imagem do céu que não deixa de ser uma imagem do cotidiano, de relações fraternas saudáveis e hospitaleiras. São Paulo, na carta aos

Romanos, não nos deixa esquecer a graça de sermos filhos de Deus e a responsabilidade de expandirmos a vida divina, o destino da ressurreição, como um relacionamento com toda a vida criada que passa pelas “dores de parto”. Da escola do Evangelho de Mateus, aprendemos que a vida cumpre seu verdadeiro sentido quando vivida e compartilhada na direção dos menores, dos mais sofridos: “foi a mim que o fizestes”.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Is 25,6a.7-9)

As palavras do profeta se tornam um refrão para repetir neste dia: “Este é o nosso Deus, esperamos nele, até que nos salvou; este é o Senhor, nele temos confiado: vamos alegrar-nos e exultar por nos ter salvo”. O Segundo Isaías, marcado pela ruína da Babilônia, desenhou a imagem de um banquete como forma de glorificar o Senhor.

De fato, esse trecho da primeira leitura está localizado no pós-exílio, um momento de reconstrução do povo de Israel (V e VI séculos a.C.). Trata-se de liturgia que sugere a imagem de um grande banquete real, com aclamações de festa, depois do sofrimento experimentado nas condições de exílio.

*Pe. Maicon André Malacarne é pároco da paróquia São Cristóvão, Erechim, diocese de Erechim-RS. Possui mestrado em Teologia Moral pela Pontifícia Academia Alfonsiana (Roma), onde cursa o doutorado. É especialista em Juventude no Mundo Contemporâneo pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (Faje, Belo Horizonte-MG); formado em Filosofia pelo Instituto de Filosofia Berthier (Ifibe, Passo Fundo-RS) e em Teologia pela Itepa Faculdades (Passo Fundo-RS). E-mail: maiconmalacarne@gmail.com

É interessante que o texto sugere a imagem de relações alegres, de comida e bebida, para a celebração de Finados. Por um lado, o banquete esteve sempre ligado à imagem do amor de Deus e à vida eterna, ao céu, ao paraíso; por outro, sem ser algo contraditório, a eternidade também é uma peregrinação que não pode ser pensada só depois da morte. Trata-se de trabalhar e construir vínculos fraternos e solidários aqui, agora e para sempre!

O cardeal José Tolentino de Mendonça, prefeito do Dicastério da Cultura e da Educação, refletiu sobre o que chamou de “paradigma do banquete” como anúncio dos tempos messiânicos:

[...] a presença implícita do Messias faz irromper, por entre naufrágios e dilacerações da história, a plenitude do encontro de salvação com Deus, como uma irreversível pacificação. Essa recriação messiânica da história é frequentemente representada na expansão universal de um banquete divino (*A leitura infinita: a Bíblia e sua interpretação*, São Paulo: Paulinas, 2015, p. 181).

2. II leitura (Rm 8,14-23)

A carta de Paulo aos Romanos recorda um primado fundamental: “O próprio Espírito se une ao nosso espírito, para nos atestar que somos filhos de Deus”. Antes de tudo, somos filhos, isto é, há uma graça, uma semente divina que habita nossa vida! Não se trata de viver pensando que basta o esforço pessoal, os méritos pelas capacidades, se não expandimos os canais do Espírito que circulam em nós.

“Viver no Espírito” é crescer nessa consciência e nessa abertura! A vida “na carne” conduz à autossuficiência e à autorreferencialidade, uma espécie de fechamento em torno do “eu” e do “sempre o mesmo”. Deixar-se conduzir pelo Espírito significa

assumir uma vida relacional, criativa, comunicativa e comunitária, na qual os vínculos se tornam o elo por onde Deus fala e aponta caminhos.

O relacionamento entre Deus e a humanidade abraça toda vida criada. Nós não somos ilhas, mas sempre conexão, como ensina o papa Francisco. Se a natureza humana e a criação experimentam o sofrimento, a fragmentação, os “gemidos” de uma realidade de dor, elas, ao mesmo tempo, dividem o mesmo destino de redenção e de ressurreição. O corpo da criação inteira participa do corpo do Cristo, Filho de Deus, ressuscitado dos mortos! A vida ressuscitada, portanto, não é uma conquista, fruto de um esforço individual, mas a experiência da relação, da amizade, que significa, também, cuidar de toda a vida criada e preservá-la!

3. Evangelho (Mt 25,31-46)

A imagem do banquete do profeta Isaías e a da experiência da filiação no Espírito, da carta de Paulo aos Romanos, compõem um conjunto de muita harmonia com o convite que Jesus faz no Evangelho: “Todas as vezes que fizestes isso a um desses pequeninos, foi a mim que o fizestes!” A aproximação com o Senhor é o equilíbrio entre o olhar para cima e o olhar para baixo, entre olhar para o céu e olhar a realidade, o paraíso e a vida diária.

“Fazer aos pequenos”, todavia, precisa ser bem compreendido, para evitar a exaltação pessoal: deve tornar-se um estilo de vida livre e espontâneo. Mais do que uma série de atividades, “fazer aos pequenos” é uma forma de viver, um jeito de comportar-se que busca não flertar com o egoísmo, mas viver de forma relacional: “Vós sois todos irmãos e irmãs”, lembrava a Campanha da Fraternidade deste ano.

“Fazer aos pequenos” tem forma bem concreta no texto de Mateus: “eu estava com fome e me destes de comer; eu estava com

sede e me destes de beber; eu era estrangeiro e me recebestes em casa; eu estava nu e me vestistes; eu estava doente e cuidastes de mim; eu estava na prisão e fostes me visitar”. Trata-se de abrir os olhos e alcançar as situações reais que estão próximas, viver o que é possível viver, fazer com verdade e liberdade.

Clarice Lispector chamou a atenção desse estilo cotidiano como “ato gratuito” em um dos seus textos mais geniais. Um trecho diz:

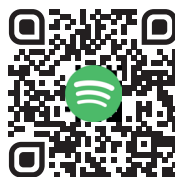
Eram 2 horas da tarde de verão. Interrompi meu trabalho, mudei rapidamente de roupa, descí, tomei um táxi que passava e disse ao chofer: vamos ao Jardim Botânico. “Que rua?”, perguntou ele. “O senhor não está entendendo”, expliquei-lhe, “não quero ir ao bairro e sim ao Jardim do bairro”. Não sei por que me olhou um instante com atenção. Deixei abertas as vidraças do carro, que corria muito, e eu já começara minha liberdade deixando que um vento fortíssimo me desalinhasse os cabelos e me batesse no rosto grato de olhos entrefechados de felicidade. Eu ia ao Jardim Botânico para quê? Só para olhar. Só para ver. Só para sentir. Só para viver (*Ato gratuito*).

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Ao visitar nossos amados que já partiram, com o esforço de guardar suas memórias, também assumimos o compromisso de uma vida aberta à graça de Deus, gratuita, hospitaleira, relacional, atenta aos sinais de sofrimento e comunicadora de uma esperança que não tem fim: somos filhos e filhas e nosso destino é ressuscitar com Jesus! Sem negar a saudade, a revolta, a dor, a angústia, os traumas, este dia é para crescer na fé vivida dia após dia, que sempre é rodeada de fragilidades, mas também procura dar pequenos passos na direção de “uma mesa”, de “um banquete”, onde ninguém ficará de fora: “Este é o nosso Deus, esperamos nele, até que nos salvou!”

TODOS OS SANTOS E SANTAS

3 de novembro



Ser santo é ser inteiro!

I. INTRODUÇÃO GERAL

Quando rezamos a oração do creio, dizemos: “Creio na comunhão dos santos”. A santidade está intimamente ligada à comunhão. Ninguém é santo sozinho! A comunhão é o exercício mais profundo de amor e de felicidade. Quem ama está em comunhão com quem ama. Pessoas que não se conhecem, quando amam, estão conectadas. Nem mesmo a morte consegue separar o amor!

Jesus chamou de “bem-aventurados” os que formam a multidão próxima dele: “Bem-aventurados sois vós...”. Não se trata dos outros, dos que estão longe, dos superpoderosos. O caminho que Jesus propõe é para todos nós, muito cotidiano e humanizador, superando a ideia de um heroísmo inalcançável. A comunhão, portanto, também é um reconhecimento da fragilidade.

O livro do Apocalipse, na primeira leitura, fala de “uma grande multidão que ninguém podia contar”. Desde as primeiras comunidades cristãs, muitos viveram a fidelidade na comunhão com Jesus e com o povo; perseguidos, caluniados e martirizados, eles “lavaram as suas roupas e a alvejaram no sangue do Cordeiro”. Estão na comunhão mais profunda, pelo sangue derramado, porque “colocaram a esperança em Jesus”, assumindo serem filhos de Deus, como afirma a primeira carta de João.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Ap 7,2-4.9-14)

O livro do Apocalipse guarda a memória do grande sofrimento e das difíceis tribulações que as primeiras comunidades passaram.

A narrativa afirma que, no céu, um anjo toma nota das lágrimas das pessoas em um livro lacrado com sete selos. Nenhuma pessoa tem acesso, senão o Cordeiro, a única esperança, que quebrará um por um os selos e abrirá o livro.

A leitura deste domingo se situa logo em seguida ao rompimento do sexto selo. O quadro é impressionante: 144 mil pessoas, uma imensidão daqueles que se mantiveram fiéis. O número revela a plenitude da comunidade cristã (12x12x1.000). Não se trata de privilegiados, de pessoas que tiveram méritos individuais, mas dos “sobreviventes da grande tribulação; lavaram as suas vestes e as alvejaram no sangue do Cordeiro” (v. 14). A fidelidade de uma multidão abre a porta para o significado mais profundo da santidade: viver tudo e assumir tudo, com os olhos fixos no Cordeiro!

“Lavar as vestes e alvejar no sangue” significa oferecer-se inteiro, entregar-se por completo, tomar as próprias lágrimas, dores, cruzes, a própria humanidade, para ser renovada no sangue do Crucificado-Ressuscitado. Mergulhadas no sangue, elas continuam brancas, porque em Deus tudo é novo, tudo é luz!

Jesus, o Cordeiro, foi quem primeiro doou a vida por amor, suportou os maiores sofrimentos e o abandono dos mais próximos. Mesmo assim, manteve-se fiel ao Pai, derramou seu sangue, partilhou suas lágrimas de medo e enfrentou as contradições daqueles que não suportavam a força da luz.

2. II leitura (1Jo 3,1-3)

Ser filho de Deus não é uma conquista, mas uma graça! Recebemos este grande presente: “sermos chamados filhos de Deus” (v. 1). Aqui está o primado fundamental da fé: antes de tudo, somos amados! Somos filhos e filhas do amor! Responder ao amor de Deus é nossa vocação à santidade, uma vida configurada ao amor. É interessante perceber

O bispo, o pastor: autoridade na Igreja é servir

Papa Francisco / Carlo Maria Martini



Imagens meramente ilustrativas.

**CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK**

A obra convida a uma reflexão sobre o episcopado: não só dos bispos sobre sua missão, mas também dos fiéis sobre a missão de seus tão amados pastores.



Aponte a câmera do seu celular e confira a degustação do livro!

Vendas: (11) 3789-4000
0800 016 40 11

paulus.com.br

a inversão: o estilo de vida que assumimos não deve ser uma forma de convencer a Deus de que somos bons, mas sim uma resposta ao Deus que ama gratuitamente e antes de qualquer coisa!

A primeira carta de João faz o paralelo entre a filiação divina e a santidade. À medida que vivemos como filhos, crescemos na vida santa. A santidade é a tomada de consciência de uma relação de amor que cresce como dom de Deus! A filiação e a santidade são como que ascendentes – têm início com o início da vida e caminham na direção da plenitude, na promessa futura de sermos totalmente filhos no Filho: “desde agora somos filhos de Deus, mas não se manifestou ainda o que havemos de ser. Sabemos que, quando Jesus se manifestar, seremos semelhantes a ele, porquanto o veremos tal como ele é” (v. 2).

3. Evangelho (Mt 5,1-12a)

Os santos são pessoas bem-aventuradas, felizes, não obstante os sofrimentos e tribulações que precisam enfrentar. Não têm redomas, não têm proteção especial, mas assumem a vida de outra maneira que não aquela da autorreferencialidade e do individualismo – os bem-aventurados descobriram que a vida é plena quando vivida em abertura, em comunhão!

Uma nova comunidade santa, beata, ganha sua “carta magna” no alto da montanha, no primeiro discurso de Jesus no Evangelho de Mateus. A imagem lembra Moisés, que da montanha estabelecia uma experiência de proximidade e comunicação com Deus. O Evangelho das bem-aventuranças é como que o desenho da comunidade “inteira”, perfeita, não porque não comete erros, mas porque é convidada a abrir-se ao Pai e ao Filho, no Espírito, como modelos de santidade.

As bem-aventuranças não são um manual exterior, o cumprimento de uma lista de itens, mas sim a configuração de um “novo” estilo de vida de comunhão, de inteireza na relação com Deus, com os irmãos e com

toda a Casa Comum. Meditar cada uma das bem-aventuranças de Mateus significa compreender todo o Evangelho de Jesus, sua vida, paixão, morte e ressurreição: “Bem-aventurados os que tem um coração pobre” (v. 3); “Bem-aventurados os que choram” (v. 4); “Bem-aventurados os mansos” (v. 5); “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça” (v. 6); “Bem-aventurados os misericordiosos” (v. 7); “Bem-aventurados os puros de coração” (v. 8); “Bem-aventurados os pacíficos” (v. 9); “Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça” (v. 10).

Os bem-aventurados são aqueles que, com uma espiritualidade do cotidiano, conseguem fazer a opção pela comunhão, por caminhar juntos, por viver de forma sinodal. Entendem que para isso é necessário diminuir o passo, peregrinar mais lentamente, sem deixar ninguém “para trás”, mas vivendo “de frente” as contradições do mundo, para servir no mundo!

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

A *Lumen Gentium*, constituição do Concílio Vaticano II, afirma que “a santidade é a vocação comum de todos os cristãos” (n. 5). Todos são convidados à santidade, e está superada a ideia de que alguns estão mais “destinados” a ela do que outros. A santidade não é um troféu individual, como mérito dos esforços, mas uma graça, um dom, um sopro, um presente que Deus coloca no nosso coração.

Christoph Theobald, um dos maiores teólogos do nosso tempo, fala em “espírito de santidade” como uma espécie de equilíbrio entre o conteúdo e a forma da nossa vida. Tudo o que fazemos, tudo o que somos, tudo o que falamos exprimem a inteireza da vida, e esse é o lugar da santidade. Santos não são os que nunca erram, os que nunca caem, os que se escondem do mundo; santos são aqueles que, de olhos bem abertos, com as mãos marcadas pela história, são capazes de discernir, amadurecer, converter e amar sempre mais, na direção de Deus, modelo de santidade.



A gramática da confiança e da partilha!

I. INTRODUÇÃO GERAL

A liturgia da Palavra deste domingo relata o protagonismo de duas viúvas, símbolo dos excluídos e esquecidos de Israel e, ao mesmo tempo, sinais de fidelidade, de consciência e de confiança em Deus. A “primeira” viúva, de Sarepta, com um pouco de farinha e de azeite, esperando a morte, no meio de uma grande seca, não deixa de confiar na palavra do profeta Elias e partilha seu pouco, que “nunca terminou”. A viúva do Evangelho, oferecendo “tudo aquilo que tinha” no templo, tornou-se um dos modelos para Jesus criticar a atitude vaidosa e hipócrita dos escribas e alertar para a verdade do coração e das atitudes das quais os discípulos deveriam tomar consciência.

Em Sarepta e no templo, o gesto das viúvas antecipa a Páscoa de Jesus Cristo – na cruz, Jesus ofereceu-se inteiro para o perdão dos pecados e para a salvação do mundo. Não se trata de gesto exterior, do cumprimento de uma norma, mas da vida doada, do sangue derramado, do cumprimento do amor como única lei.

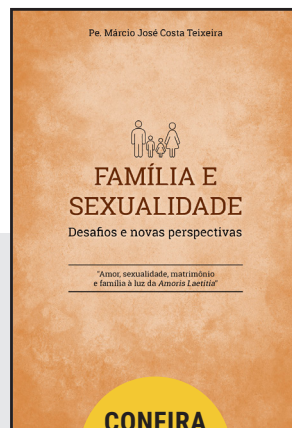
II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (1Rs 17,10-16)

A viúva de Sarepta tinha consciência do pouco que possuía: era-lhe impossível alimentar a si mesma e ao filho, quanto mais ao profeta Elias. A falta de chuva, as calamidades, faziam que os pobres sofressem ainda mais. As seduções dos ídolos, especialmente Baal, deus da fertilidade, tornavam as pessoas ainda mais dependentes de falsas promessas.

Família e sexualidade: desafios e novas perspectivas

Pe. Márcio José Costa Teixeira



208 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

**CONFIRA
VERSÃO
E-BOOK**

O livro ajuda na reflexão sobre a sexualidade humana, o matrimônio e a família à luz dos desafios dos tempos atuais.



Aponte a câmera do seu celular e confira a degustação do livro!

Vendas: (11) 3789-4000

0800 016 40 11

paulus.com.br

O profeta Elias denunciou essas mentiras, e o rei Acab, querendo buscar um culpado, pretendia matá-lo. A fuga de Elias o levou para Sarepta, onde encontrou a viúva que tinha apenas um punhado de farinha e um pouco de azeite. Depois, esperaria a morte com seu filho. A mulher, que nem sequer conhecia Elias, ofereceu-lhe tudo o que tinha. De fato, confiou no pedido do profeta e o milagre se tornou possível: “E comeram, ele e ela e sua casa, durante muito tempo. A farinha da vasilha não acabou nem diminuiu o óleo da jarra” (v. 15-16).

A mulher de Sarepta recorda algo fundamental: o milagre é a partilha, é a comunhão, são os vínculos! Na contramão da lógica do acúmulo, não é a quantidade de farinha e de azeite, mas a qualidade dos sentimentos de amor que conseguimos carregar. É aqui que as águas se dividem! É aqui que o milagre é possível!

2. II leitura (Hb 9,24-28)

A vida doada de Jesus Cristo é o mapa por onde deve peregrinar nossa vida cristã. O autor da carta aos Hebreus desenvolve a perspectiva sacerdotal de Jesus em paralelo com a figura sacerdotal do Antigo Testamento. Em Jesus, o sacerdócio se tornou perfeito! Se os sumos sacerdotes entravam no Santo dos Santos – a parte mais sagrada do templo –, todos os anos, para oferecer sacrifícios, Jesus Cristo derramou seu próprio sangue para salvar e libertar o mundo!

A plenitude do sacerdócio de Jesus não é uma oferta exterior, mas a vida feita dom, a vida ofertada na cruz! Ressuscitado pelo Pai, Jesus, com seu gesto, destruiu definitivamente o pecado: “Do mesmo modo, também Cristo, oferecido uma vez por todas, para tirar os pecados da multidão, aparecerá uma segunda vez, fora do pecado, para salvar aqueles que o esperam” (v. 28).

O amor, mais cedo ou mais tarde, exige o sacrifício de si. O que Jesus realizou na cruz foi a forma mais transparente e livre do amor! O sacrifício não é castigo, não é prova de força, mas a possibilidade de experimentar o limiar,

de tatear o nada, de saborear o abandono, na direção de um amor ainda maior, que não conserva para si nenhuma das únicas duas moedas.

3. Evangelho (Mc 12,38-44)

O templo de Jerusalém constitui o cenário do Evangelho. Jesus viu que “muitos ricos depositavam grandes quantias de oferta” (v. 41), mas sublinhou o gesto de uma mulher: “deu duas pequenas moedas, que não valiam quase nada” (v. 42). De fato, “ofereceu tudo aquilo que possuía para viver” (v. 44).

A oferta total da pobre viúva antecede a Páscoa de Jesus. Na cruz, ele ofereceu-se totalmente! A Páscoa do cotidiano é sempre limiar da Páscoa da ressurreição. Nesse sentido, a expressão “ofereceu tudo aquilo que possuía” é muito forte e transforma-se em itinerário de um projeto de vida. Só é possível tatear o significado do amor de Deus com a régua da oferta da vida, da gratuidade, da generosidade, do amor.

Lawrence Carroll, artista estadunidense de origem australiana, é muito original ao estabelecer como ponto de partida de toda a sua obra materiais reciclados, ligados ao drama da vida das pessoas. Ele estabelece com o abandono uma perspectiva de ressurgimento. Nada é inútil, tudo guarda uma potência de vida e pode ser transformado. O rejeitado aguarda a redenção, é sinal de ressurreição.

Também nosso grande poeta brasileiro Manoel de Barros ajuda a desenhar o quadro do abandono, da importância de olhar as coisas com outros olhos, de outras perspectivas, a vida feita dom, oferta que não retém nada:

Prefiro as máquinas que servem para não funcionar: quando cheias de areia, de formiga e musgo – elas podem um dia milagrar de flores. (Os objetos sem função têm muito apego pelo abandono). Também as latrinas desprezadas que servem para ter grilos dentro – elas podem um dia milagrar violetas. (Eu sou beato em violetas). Todas

as coisas apropriadas ao abandono me re-
ligam a Deus. Senhor, eu tenho orgulho
do imprestável! (O abandono me protege)”
(*Livro sobre o nada*, poema 11, 1996).

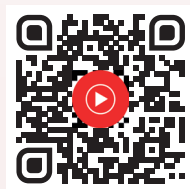
A tentação da vaidade, da autorreferen-
cialidade, de fazer para aparecer, que Jesus
critica duramente no início do Evangelho,
com base na forma de vida dos escribas, é
chamada de atenção para a verdade do nosso
estilo de vida, que não pode ser mascarado
por gestos isolados, mas deve, pouco a pouco,
revelar a verdade do coração.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Um coração pobre, capaz de doar e doar-
-se, de não reter nada para si, é o sinal mais
sagrado e o templo mais rico para Deus! A
liturgia da Palavra deste domingo é como
uma gramática para não confundirmos o
que é prioritário na vida de fé. Os gestos
e palavras de todos os dias, pequenos, “que
parecem não funcionar para nada”, devem,
aos poucos, nascer do amor e nele se pu-
rificar. A grandeza das viúvas é a grandeza
de quem aprendeu a amar e confiar, sem
mascarar nada.

33º DOMINGO DO TEMPO COMUM

17 de novembro



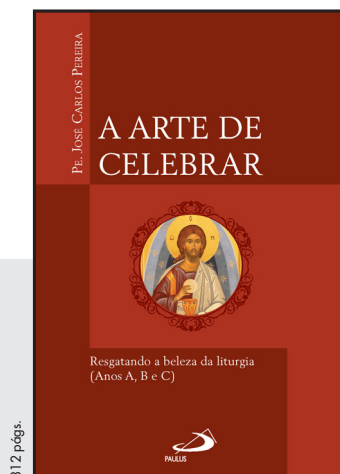
**A vinda de Jesus é o chamado
à esperança!**

I. INTRODUÇÃO GERAL

A proximidade da conclusão de mais um
ano litúrgico carrega a marca escatológica,
ou seja, dos acontecimentos últimos e de-
finitivos da vida. A literatura apocalíptica,
com imagens envolvidas em mistério, sugere

A Arte de Celebrar Resgatando a Beleza da Liturgia

Pe. José Carlos Pereira



Imagens meramente ilustrativas.

A obra apresenta uma
sequência de roteiros
com sugestões para as
celebrações dominicais,
solenidades e festas
dos três anos litúrgicos
(anos A, B e C). Proporciona
às equipes de liturgia
uma maior criatividade na
preparação das celebrações,
sejam missas ou celebrações
da Palavra, em vista de uma
melhor vivência do
mistério celebrado.



Aponte a câmera do
seu celular e confira
no nosso site!

Vendas: (11) 3789-4000
0800 016 40 11

paulus.com.br

que nem tudo pode ser lido de maneira superficial, senão com cuidado, discernimento e aprofundamento, para desvelar o sentido mais próximo do real.

O chamado à esperança vem marcado, na primeira leitura, pelo primeiro anúncio da ressurreição do Antigo Testamento. O verbo utilizado é “despertar”. Viver desperto significa viver uma vida alerta, vigilante, atenta aos sinais dos tempos, para manter-se fiel no caminho da justiça. O Evangelho utiliza a parábola da figueira para anunciar que, assim como a chegada do verão pode ser percebida pelas folhas verdes, o Filho do Homem “está perto”, já se pode perceber seus sinais. A proximidade da parúsia, da segunda vinda de Cristo, não deve ser motivo de medo nem desespero, mas sim da saudável confiança em que tudo está destinado à vitória de Jesus Cristo, à vitória do bem e do amor! A garantia, segundo o autor da carta aos Hebreus, na segunda leitura, é que o sacrifício de Cristo na cruz, ponto alto do seu sacerdócio, colocou o mal, os inimigos, “debaixo dos seus pés”.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Dn 12,1-3)

O livro de Daniel tem forte acento apocalíptico, ou seja, está carregado de imagens misteriosas: monstros que lutam, sinais dos astros, animais selvagens, intempéries do tempo, cores, números, estilos e vestimentas particulares. Não se trata de ficção, nem mesmo se pode correr o risco de uma leitura literal e fundamentalista.

A literatura apocalíptica tem um objetivo bastante direto: comunicar a esperança e a vitória em meio ao sofrimento e ao caos. De fato, as imagens, que parecem confusas, são escolhidas como símbolos para comunicar que as potências do mal não podem prevalecer diante da força do Reino de Deus que está para chegar. O mal está sendo derrotado!

É da apocalíptica, desse respiro de esperança, que chega a primeira grande profissão de fé na ressurreição dos mortos: “Muitos dos que dormem no pó da terra despertarão, uns para a vida eterna, outros para o opróbrio eterno” (v. 2). Será Miguel – o defensor – o sinal de uma vida nova para o povo de Israel, oprimido pelo rei Antíoco IV. Os que se mantiverem no caminho da justiça e da fidelidade, em meio à perseguição, serão envolvidos na glória e na luz de Deus. Ao contrário, o destino dos opressores é a destruição eterna.

2. II leitura (Hb 10,11-14.18)

A distinção entre o sacerdócio judaico e o sacerdócio de Cristo é o coração da carta aos Hebreus. Em Cristo, o sacerdócio chega à sua plenitude! Os sacrifícios exteriores foram superados pela oferta do sangue de Jesus, que purificou todos os pecados: “De fato, com esta única oferenda, levou à perfeição definitiva os que ele santifica” (v. 14).

Se o pecado já foi vencido por Cristo, os cristãos são convidados a viver com esperança, porque a derrota do pecado, que ainda grita no meio da humanidade, já está decretada: “até que seus inimigos sejam postos debaixo dos seus pés” (v. 13).

Esperar em Cristo não é uma atitude passiva, mas de confiança, de quem sabe em quem espera. O bem e o amor serão sempre vitoriosos, não obstante a potência do mal. Com a plenitude da oferta de Cristo na cruz, toda maldade, todo pecado, toda injustiça serão derrotados!

3. Evangelho (Mc 13,24-32)

Grande tribulação, sol que escurece, lua que perde o brilho, estrelas que caem são imagens que compõem o cenário do Evangelho. Do meio desse aparente caos, “o Filho do Homem virá com grande poder e glória” (v. 26). Quando lemos um texto bíblico, uma das perguntas que devem acompanhar

é: por que aquilo que está escrito foi escrito assim? De fato, as comunidades do Evangelho de Marcos estavam vivendo anos de muita perseguição e sofrimento, assustadas por causa das guerras e das calamidades. É nesse contexto que a linguagem apocalíptica busca transformar a tragédia em esperança.

Apesar das desgraças, a “vinda do Filho do Homem” é a grande esperança! Não se trata de uma vinda para condenar, mas para salvar os “eleitos”, aqueles que conseguiram ser fiéis, mesmo na tribulação. Os eleitos de Deus são chamados ao correto discernimento dos sinais dos tempos. Não significa fugir do mundo com uma espiritualidade fluida, mas assumir as contradições do mundo, lugar aonde o Filho do Homem veio e virá, outra vez, para salvar! No meio da história, a esperança não é uma mágica, um jeito disfarçado de viver, mas a maturidade de aprofundar e compreender tudo o que está acontecendo e apontar para a direção de uma esperança que não tem fim!

A continuidade do Evangelho apresenta a parábola da figueira como possível resposta à pergunta que antecede o texto deste domingo: “Quando acontecerá tudo isso?” (Mc 13,4) “Aprendeí, pois, da figueira esta parábola: quando seus ramos ficam verdes e as folhas começam a brotar, sabeis que o verão está perto” (v. 28). Também nosso tempo “está perto”! A proximidade da vinda do Filho do Homem é um convite a despertar, a preparar-nos, a viver bem nossa vida, e não ser profetas do fim do mundo. Interpretar esses sinais é compromisso do seguidor de Jesus Cristo!

Charles Péguy é conhecido como o poeta da esperança. Em um dos seus textos mais importantes, *O pórtico do mistério da segunda virtude*, escreveu:

A pequena esperança avança no meio de suas duas irmãs grandes. E não se nota sequer [...]. Ela, a pequenina, é que arrasta

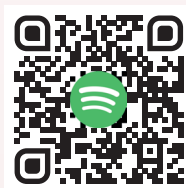
tudo. Porque a Fé não vê senão o que é. E ela vê aquilo que será. A Caridade não ama senão aquilo que é. E ela, sim ela, ama aquilo que será [...]. É ela que faz caminhar as outras duas. Que puxa por elas. E que nos faz caminhar a todos!

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Na contramão dos que anunciam um fim iminente, a liturgia da Palavra deste domingo convida à esperança do “está perto”. A proximidade da vinda do Filho do Homem não pode gerar medo, mas deve despertar para uma vida alerta, vigilante, ressuscitada! É preciso viver bem o tempo que temos! O destino do pecado e de todo o mal já está traçado! A literatura apocalíptica, com forte acento escatológico, também é profética para nossos dias, marcados por guerras, violências, injustiças. A comunidade é o lugar privilegiado para gestar e cuidar da esperança, o motor de uma vida totalmente nova.

NOSSO SENHOR JESUS CRISTO,
REI DO UNIVERSO

24 de novembro



Um Rei que dá testemunho da verdade!

I. INTRODUÇÃO GERAL

O livro do Apocalipse, na segunda leitura, guarda o anúncio: Jesus Cristo é o “soberano dos reis da terra”. É verdade que uma afirmação como essa pode ser mal interpretada ou mesmo utilizada para ameaçar ou amedrontar. Por isso, toda a liturgia da Palavra oferece um mapa para compreender bem o significado do Reinado de Jesus, cujo ápice é o serviço, o amor e a verdade.

O Evangelho apresenta a dramática cena da prisão de Jesus e do interrogatório de Pilatos. Nessa hora, Jesus anunciou que é rei, um rei diferente de todos os outros. A visão de Daniel, na primeira leitura, intui a chegada do Filho do Homem como vencedor das forças do mal. A potência do Filho do Homem é sua humanidade diretamente vinculada ao céu.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Dn 7,13-14)

A linguagem apocalíptica de Daniel continua a nos conduzir neste domingo. Trata-se do capítulo sétimo, uma visão noturna em que o autor contempla quatro animais monstruosos saindo do mar, representando os reinos que perseguiram e oprimiram o povo de Israel. Em contraposição aos seres do mal, a continuidade do texto proclama a visão do Filho do Homem sobre as nuvens. Os dois versículos concluem com esta sentença: “Foram-lhe dados poder, glória e realeza, e todos os povos, nações e línguas o serviam: seu poder é um poder eterno que não lhe será tirado, e seu reino, um reino que não se dissolverá” (v. 14).

Se os animais vêm do mar – símbolo do caos –, o Filho do Homem vem do céu: do próprio Deus! Daniel anuncia que, se a história do povo foi marcada por tantas tragédias, será o Filho do Homem o responsável por cumprir a promessa de um Reino novo, de justiça e de paz. A chegada de Jesus confirmou a visão profética de Daniel e continua a ser um feixe de esperança para a escuridão das tragédias que ameaçam nossa vida pessoal e a vida de toda a humanidade.

A força do Filho do Homem para vencer os animais e o monstro marítimo não são os armamentos potentes que carrega, mas esta particularidade: ser homem, ser gente, ser humano! O Filho do Homem recorda o primado dos mais frágeis, dos mais pobres, daqueles que precisam de maior ajuda, porque são os preferidos de Deus.

2. II leitura (Ap 1,5-8)

O livro do Apocalipse, já nos primeiros versículos, anuncia que Cristo é o “príncipe dos reis da terra”. O autor quer marcar esse primado! Embora as potências do mundo pensem que dominam todas as coisas, é Deus quem estabeleceu a vitória de Jesus Cristo, símbolo maior dos injustiçados. Trata-se do triunfo do Reino da vida!

O Reinado de Jesus Cristo potencializa toda a humanidade: “que por seu sangue nos libertou dos nossos pecados e que fez de nós um reino, sacerdotes para seu Deus e Pai” (v. 5-6). Todo seguidor de Jesus é sacerdote que oferece a vida como sacrifício! É pelo serviço à humanidade – como lavadores de pés – que participamos do Reinado de Jesus.

De fato, Jesus é um rei diferente, um rei que não quer escravos, mas pessoas livres e dispostas a serem felizes à medida que doam a vida, que “oferecem o sangue”. A consequência de todo sacerdócio à maneira de Jesus é a perseguição, mas a vingança nunca será a resposta! “Baterão no peito por causa dele” (v. 7), vai concluindo o texto, para afirmar a conversão do coração de que todos, em todos os momentos, são chamados a participar.

3. Evangelho (Jo 18,33b-37)

O Evangelho desta solenidade traz a cena de Jesus entregue às autoridades judaicas. O diálogo com Pilatos evidencia as contradições entre o reinado do mundo e o Reinado de Deus. É do meio da derrota que Jesus proclama: “eu sou rei!” (v. 37). Um rei derrotado, sozinho, sem defesa, sem trono, sem exército. Jesus é o rei cuja glória é a cruz e cuja coroa é de espinhos. Jesus é rei que se expõe! Jesus, o rei cujo esplendor é estar rodeado de pessoas simples: mulheres, crianças, homens, doentes, loucos, pessoas com deficiência, marginalizadas, caídas nas estradas... O rei contador de causos!

O centro de toda a Boa Notícia de Jesus é o Reino de Deus. Não é possível compreender sua proposta sem essa chave, pela qual

toda a sua vida está configurada. Ao afirmar “meu reino não é deste mundo” (v. 36), Jesus não está sugerindo que o Reino seja distante da história, dos acontecimentos cotidianos – como muitos movimentos concebiam, para defender uma religião espiritualista, etérea –, mas marcando a distância entre o Reinado do Pai e o reinado dos judeus, compreendido como domínio para subjugar e ameaçar.

O Reino de Deus não quer escravos ou doutrinados, mas seguidores livres, abertos e decididos a doar a vida! Esta é a verdade que Jesus testemunhou – não uma doutrina, uma ideia, mas sim o discernimento para responder ao Pai por meio de uma vida fecunda, disposta a amar e servir!

Paolo Scquizzato, sacerdote e escritor italiano, ajuda a sistematizar bem uma possível continuidade da resposta de Jesus a Pilatos:

Sim, caro Pilatos, eu sou rei. A única maneira de viver com realeza é servir, e a única maneira de ser poderoso é fazer o bem; a única maneira de possuir é dar, e é somente injetando luz na escuridão que ela pode ser dissolvida. Sim, eu sou rei porque compreendi que o único trono no qual vale a pena subir é a cruz, vivendo um amor que vai até o fim. E o único inimigo a quem é apropriado declarar guerra é a si mesmo, porque a luta contra o “inimigo” deve, antes de tudo, passar pelo coração de cada um de nós, superando a ignorância, a maldade, o egoísmo, a mentira e o ódio. Somente quando cada um tiver destruído dentro de si a arrogância do ego é que poderá se dar ao luxo de falar de paz e de exportá-la ao seu redor. Sim, somente o amor encarnado é real.

Por fim, ele afirma:

Se olharmos para Jesus como esse rei, então haverá salvação para todos nós, e a história será finalmente julgada e salva; se,

Escritos Sacerdotais

São João de Ávila



Com impressão na lateral das páginas.

Um compêndio da doutrina de São João de Ávila sobre o ministério sacerdotal, uma excelente formação para todo o clero e seminaristas.



Aponte a câmera do seu celular e confira a degustação do livro!

Vendas: (11) 3789-4000
0800 016 40 11

paulus.com.br

em vez disso, continuarmos, como Pilatos, a “entrar e sair” da verdade e depois lavar as mãos e flertar com os reinos e os poderosos deste mundo, acabaremos matando o Inocente e, com ele, todos os inocentes da história”.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

A solenidade de Cristo Rei pode ser ambígua, se não compreendida bem, se não assimilada na perspectiva da Boa Notícia do Reinado de Deus. De fato, a vocação “real” de todas as pessoas, o instinto mais humano, é servir. Todo batizado recebe um triplo presente: ao ser incorporado à comunidade dos seguidores de Jesus, é marcado como sacerdote, profeta e rei. A liturgia da Palavra desta solenidade ajuda a entender e meditar o Cristo como rei do serviço e do amor, rei eterno, para o qual estamos destinados, princípio e fim de todas as coisas! É importante rezar a qualidade das nossas relações comunitárias: facilitam ou impedem o crescimento no serviço?

1º DOMINGO DO ADVENTO

1º de dezembro



Progredir no amor para esperar a vinda do Senhor!

I. INTRODUÇÃO GERAL

Com o 1º domingo do Advento, começamos mais um ano litúrgico. Deus nos concede a graça de peregrinar, através da liturgia, por um itinerário exterior e interior, na direção de uma vida maior, mais plena de sentido. O ponto de partida do ano litúrgico é o mistério da encarnação do Senhor, que, no Advento, é convite a tomar consciência da

sua vinda no meio de nós e a abrir espaços do nosso cotidiano para acolhê-lo sempre mais.

A liturgia da Palavra provoca-nos a “progredir no amor” com base na experiência de espera da vinda do Senhor. Não se trata de acomodação, mas de movimento! Progredir é evoluir, crescer, aumentar. O povo de Israel, em um dos momentos mais trágicos da sua história, recebeu do profeta Jeremias a esperança de que “o Senhor é a nossa justiça”; ou seja, a salvação integral do povo sofrido e cansado será realmente atendida, ao contrário da fantasia de outras promessas. A vinda de Jesus Cristo, no discurso apocalíptico do Evangelho de Lucas, guarda o convite: “levantai-vos e erguei a cabeça”. Em meio às tragédias e movimentos cósmicos, a atitude de vigiar e orar constitui um mapa para não cairmos no desânimo e na busca por compensações que distraem a realidade da vida.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Jr 33,14-16)

Os israelitas estavam reconstruindo Jerusalém, depois da tragédia do exílio babilônico. A reconstrução exigiu muito esforço e não era difícil desanimar! A pergunta que os acompanhava era: por quê? Por que tudo isso aconteceu conosco? Deus se esqueceu de nós? Então, o profeta Jeremias chega com uma palavra de esperança. O trecho da leitura retoma a fidelidade de Deus com seu povo: “farei cumprir a promessa” (v. 14).

Tudo parecia indicar que era o fim! A grandeza da destruição impedia alcançar os sinais da presença de Deus. O profeta fala na “semente da justiça” (v. 15) que vai brotar de Davi. A semente nem sempre está visível, mas está agindo, trabalhando na terra para nascer forte e carregar vida nova! Deus não esqueceu seu povo: “O Senhor é a nossa justiça” (v. 16).

O Messias esperado – da descendência de Davi – manifestou-se em Jesus Cristo. Ele é o cumprimento da promessa da fidelidade

de Deus. Em seus dias, Jesus retomou a obra criadora do Pai, anunciando o Reino de Deus, buscando alternativas para superar as forças da morte. Sua passagem transformou a história. No entanto, ainda resistem e persistem as potências do mal, e a palavra do profeta é sempre atual e urgente: “naqueles dias, naquele tempo...”. tudo está destinado à vitória do bem!

2. II leitura (1Ts 3,12-4,2)

O verbo “progredir” é como um motor que põe em movimento o convite de Paulo à comunidade de Tessalônica. Essa carta, o primeiro documento escrito do cristianismo, ressalta o tema da “vinda do Senhor com todos os seus santos” (v. 13). Para crescer na vigilância e na atenção paciente dessa espera, Paulo não tem dúvidas de que o caminho é crescer no amor, com base na boa convivência, e de que a comunidade cristã é convidada a testemunhá-lo no mundo: “que o amor entre vós e para com todos aumente e transborde sempre mais” (v. 12).

Progredir, portanto, significa crescer e transbordar o amor! A promessa de fidelidade de Deus, a qual se realizou na vinda de Jesus Cristo e continua a ser um imperativo de trabalho e de espera até sua segunda vinda, passa pela escola do amor. As comunidades cristãs devem ser lugar privilegiado de purificar a vida com base em experiências humanizadoras e amorosas.

O verbo “progredir” nos faz lembrar que estamos em constante evolução, não somos estáticos, mas sempre dinâmicos. A fé não é mágica, vai crescendo à medida que fazemos a experiência do amor de Jesus Cristo, da sua paixão, morte e ressurreição, a qual deve nos ajudar, dia após dia, a continuar progredindo. Inseridos na dinâmica da história, com todas as suas contradições e tragédias, não podemos perder de vista aquilo que é prioritário e aquilo que é secundário para dar o salto na direção do amor.

3. Evangelho (Lc 21,25-28.34-36)

A vinda gloriosa e potente do Filho do Homem vem anunciada pelo Evangelho de Lucas com a marca apocalíptica: guerras, revoluções, sofrimentos, medos, sinais cósmicos do sol, das estrelas, da lua e conflitos familiares e de convivência. Essa linguagem simbólica não está distante da realidade atual e das suas contradições e tem objetivo bem demarcado: “Quando estas coisas começarem a acontecer, levantai-vos e erguei a cabeça, porque a vossa libertação está próxima” (v. 28).

As catástrofes não devem ser motivo para espalhar o medo, profetizar a desgraça, mas sim para fazer memória de que, em todos os momentos, o Senhor está próximo. O Evangelho incentiva a retornar para o plano criador de Deus, do livro do Gênesis – “tudo era bom” – e perceber como o pecado ganhou força e desequilibrou a obra criada. É a segunda vinda de Jesus que poderá harmonizar, recriar tudo! O advento é grande tempo de esperança e de alegria em meio às dificuldades.

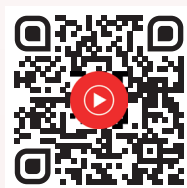
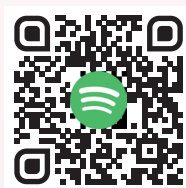
Levantar-se e erguer a cabeça é um estilo de vida. Somos muito vulneráveis, e é fácil desanimar, entregar-nos às angústias, cair nos vícios que anestesiam a vida, buscar compensações, mas Jesus nos garante mais uma vez: “a libertação está próxima”. O Evangelho, de fato, cita o excesso de comida e de bebida como armadilhas – como tantas outras – que não nos deixam preparar bem a vinda do Senhor. As distrações – os maiores de todos os perigos, diziam os Padres do deserto – não possibilitam “ficar atentos e rezar a todo momento” (v. 36), que é condição fundamental para ter forças em momentos difíceis.

A vigilância e a oração são como que guias do tempo do Advento. Trata-se de assumir bem nossa condição humana, sem fazer uso de máscaras ou buscar compensações, para crescer na vida espiritual, com a ajuda da oração, a fim de acolhermos todas as alegrias e esperanças deste tempo oportuno.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

As tragédias e dificuldades fazem crescer a tentação de fugir, de buscar uma vida anestesiada, e o tempo do Advento se inicia com o convite a “levantar-se”, que é uma forma de viver e de comunicar a vida. O destino não é a destruição, é o florescimento! O Filho do Homem virá, e é mirando nosso olhar no seu olhar que conseguimos, como diz São Paulo, “fazer progressos ainda maiores”. Este não é o tempo das distrações que endurecem o coração e acentuam a insensibilidade. É preciso viver bem tudo aquilo que o Senhor nos coloca diante dos olhos para, purificados no olhar e dispostos a crescer no amor, notar sua presença no meio de nós.

SOLENIDADE DA IMACULADA CONCEIÇÃO
DA BEM-AVENTURADA VIRGEM MARIA
8 de dezembro



A Imaculada Conceição é a gramática do nosso futuro!

I. INTRODUÇÃO GERAL

O terceiro capítulo do livro do Gênesis apresenta um mapa de como, desde o princípio, o ser humano carrega o ímpeto de fugir da relação e flertar com a autorreferencialidade. Deus não criou o mal – ou seja, este não é da natureza, mas entrou no mundo. De fato, depois do “jardim”, da harmonia, do diálogo criador, a cena apresenta Adão e Eva escondidos e envergonhados porque cortejaram o mal. Quando o ser humano se acha o centro de tudo e de todos, Deus já não tem espaço. A tradição chamará essa tendência de “pecado original”.

Maria, a Imaculada Conceição, é a “cheia de graça”, aquela que devolveu à humanidade o princípio do “sim a Deus”. Não se trata de uma negação do humano, mas sim da sua elevação, da antecipação do que a humanidade pode vir a ser – toda humana e toda divina. A Imaculada Conceição é a gramática do nosso futuro, é a possibilidade de regressar ao jardim, de reinaugurar o princípio do amor, de viver como “santos e irrepreensíveis sob o seu olhar”.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Gn 3,9-15.20)

Os dois primeiros capítulos do Gênesis apresentam o projeto criador de Deus com a qualidade da harmonia e dos relacionamentos equilibrados. O capítulo terceiro começa a apresentar a destruição que a humanidade é capaz de organizar, no caminho contrário ao plano divino. Adão e Eva, isolados pelas escolhas que fizeram, começaram a viver a precariedade da solidão e da vergonha, fruto da mentira.

Deus não se cansa de procurar os caminhos da humanidade: “onde estás?” (v. 9). A busca por Adão é a busca por todos nós, que nos perdemos do verdadeiro sentido da vida, que flertamos com “as serpentes” e esquecemos “o jardim”.

A tomada de consciência do retorno a Deus e da oposição ao mal encontra na Mãe de Jesus seu grande ícone. É o “sim” ao plano de Deus que possibilita uma nova história ser gestada a partir do nascimento do Salvador, que se tornou o vencedor de toda maldade e portador de nova esperança, à qual toda a humanidade está destinada. É Maria quem assegura nosso futuro, mesmo que a luta contra “as serpentes” se estenda até o fim dos tempos.

2. II leitura (Ef 1,3-6.11-12)

O futuro ao qual estamos destinados é viver como filhos: “Ele nos predestinou para sermos seus filhos adotivos por

intermédio de Jesus Cristo, conforme a decisão da sua vontade” (v. 5). Maria está na raiz dessa garantia de futuro, porque possibilitou o nascimento do Filho de Deus.

O grande hino de louvor da carta de Paulo aos Efésios dá outro motivo de grande alegria: “Em Cristo, ele nos escolheu, antes da fundação do mundo, para que sejamos santos e irrepreensíveis sob o seu olhar, no amor” (v. 4). Em Jesus, formamos um grande corpo cuja força vital é do próprio Deus! Em nós está a semente para crescermos e vivermos como santos e imaculados, à medida que vencemos o mal e permitimos que a vida de Deus circule na nossa vida. Não há caminho para progredir senão no amor!

A maior de todas as bênçãos é participar da vitória de Deus sobre o mal, a qual se tornou irreversível pela disponibilidade de Maria. A “serpente”, embora esperta e voraz, está destinada a perder para sempre.

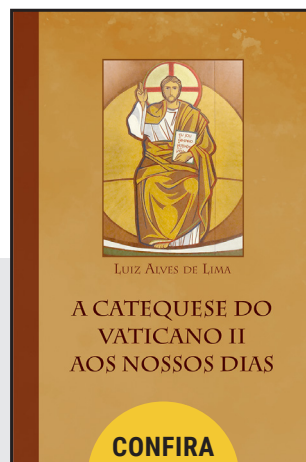
3. Evangelho (Lc 1,26-38)

O anjo Gabriel chamou Maria, a Imaculada, de “cheia de graça” (v. 28). Em Nazaré, no evento da encarnação, Deus revelou a vocação mais alta de toda a humanidade: ser portadora da graça. Maria, sinal maior, é amada, é chamada, é escolhida para ser a Mãe de Jesus, a Mãe de Deus, a Mãe da nova humanidade. Ao assumir a carne do mundo, o Senhor transformou o mundo em lugar da bênção. O novo ponto de partida de Deus é a humanidade!

Na sequência, imediatamente, o anjo Gabriel disse: “o Senhor está contigo!” A graça maior é que Deus está conosco! É como se Deus jogasse um feixe de luz na nossa fragilidade, na nossa pequenez. A bênção não é um ponto de chegada, um troféu para os perfeitos, mas sempre novo

A catequese do Vaticano II aos nossos dias

Luiz Alves de Lima



280 págs.

Imagens meramente ilustrativas.

O autor discute as mudanças e adaptações na catequese desde o Concílio Vaticano II, evento decisivo que provocou uma transformação profunda em toda a Igreja.



Aponte a câmera do seu celular e confira a degustação do livro!

Vendas: (11) 3789-4000
0800 016 40 11

paulus.com.br

ponto de partida, uma recordação: você é portador da graça, o Senhor é contigo! Essa experiência pode ser transformadora para qualquer pessoa. Deus quer estar comigo para que eu nunca me afaste dele. A Igreja tem a missão de recordar esse amor, sendo amor para todas as pessoas e desde todas as pessoas.

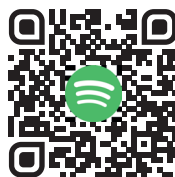
Se a busca extrema pelo “eu” evidencia nossa tragédia, Maria carrega a voz da humanidade redimida: “eis-me aqui! Faça-se em mim...”. Ela é Imaculada porque, humana, acolheu integralmente a Deus, fez-se totalmente morada de Deus, tornou-se perfeitamente discípula de Deus. O sim de Maria é o não a qualquer pretensão de vida sem o outro, de violência contra o outro, de negação do outro. O sim de Maria é o sim a toda relação, a todo encontro, a todo diálogo, a todo gesto de abertura, escuta e acolhida. Maria é Imaculada porque soube reconciliar o passado, viver bem o presente e salvar o futuro. Trata-se de condição sempre dinâmica em que cada pessoa é convidada a acolher e colaborar com o plano de Deus, dentro da sua história.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

A solenidade da Imaculada Conceição faz-nos recordar que, no princípio de tudo, está a iniciativa de amor de Deus. Do plano criador do Gênesis ao sim de Maria, há uma teia de acontecimentos reveladores da fidelidade de Deus e da atenção que ele sempre dispensou à humanidade. A vocação a uma vida santa e imaculada deve estar firmada no primado do amor, no chamado inicial e na resposta livre e autêntica. O futuro da vida depende de um “sim” disposto, aberto, relacional, capaz de ser gerador de vida em todos os gestos e palavras. Cada pessoa que diz seu “sim” torna-se colaboradora de Deus na salvação da humanidade.

3º DOMINGO DO ADVENTO

15 de dezembro



Alegria: mais “ser” do que “fazer”!

I. INTRODUÇÃO GERAL

O Senhor está próximo, e a liturgia da Palavra é geradora de confiança e alegria. A pergunta sobre “o que devemos fazer”, unida às indicações de João Batista, vai abrindo espaços com base na esperança de Sofonias e na alegria de São Paulo, as quais, em meio às dificuldades e sofrimentos, ajudam a conformar a vida na certeza de que Deus está no meio de nós.

O Natal é tempo de conformar a vida ao lugar central que Jesus Cristo nela deve ocupar. Não se trata, portanto, de muito fazer, de muitas atividades, senão de respirar e participar da vida divina no cotidiano, nas atividades que desenvolvemos e que devem ganhar o contorno de Deus! De fato, na segunda anotação dos *Exercícios espirituais*, Santo Inácio de Loyola apontava para o “sentir” e o “saborear” a vida: “O que sacia e satisfaz a alma não é o muito saber, mas o sentir e saborear as coisas internamente”. No fundo, isso significa sair da superficialidade, alcançar a profundidade, permitir arder o fogo de uma vida nova.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Sf 3,14-18a)

O anúncio feito por Sofonias encontra seu ponto central no v. 15: “O rei de Israel é o Senhor”. Neste percurso até o Natal, é preciso ir amadurecendo também qual é o centro da nossa vida e da nossa fé, com todos os desafios impostos por este nosso tempo, os quais arriscam dispersar mais do que congregar.

Impressiona o fato de que, do meio das catástrofes, especialmente de ordem moral, o profeta convida a “cantar de alegria” e “rejubilar” (v. 14). Não se trata de uma alegria exterior, de uma máscara para os fracassos, mas sim da consciência de que participamos da vida divina e de que a alegria é uma forma de Deus viver em nós: “ele exultará de alegria por ti, movido por amor” (v. 17).

A vitória do amor sobre o pecado, anunciada por Sofonias, é um mapa a ser percorrido neste tempo do Advento, de proximidade do Natal. A vinda do Senhor não é um acontecimento do passado ou evento que diz respeito tão somente ao futuro; é a dinâmica de respirar a vida de Deus, o qual “está no nosso meio” (v. 17) e podemos experimentar no cotidiano, no meio das contradições da história.

O profeta Sofonias testemunha também a pedagogia mais adequada para o anúncio de Deus: ao invés das ameaças, a alegria; ao invés do medo, a esperança; ao invés da opressão, o diálogo; ao invés do fechamento, o júbilo. Nós nascemos da alegria!

2. II leitura (Fl 4,4-7)

Paulo estava preso em Éfeso quando escreveu a carta aos Filipenses. Da situação inóspita, Paulo reforçou não o desânimo ou a revolta, mas o convite a “alegrar-se sempre no Senhor” (v. 4). A alegria é como uma máquina geradora do movimento permanente que enfrenta tudo que paralisa a vida. O motivo da alegria fica bastante evidente no versículo seguinte: “O Senhor está próximo” (v. 5). Mais uma vez, a alegria não é abundância de coisas, mas abundância de vida, abundância da presença de Deus na vida e na história.

Abrir a vida para a alegria significa assumir relações de bondade com todas as pessoas: “que a vossa bondade seja conhecida por

todos” (v. 5). Alegria e bondade caminham entrelaçadas e, em um mundo tão dividido por inimizades e discórdias, podem se tornar a chave fundamental para verdadeira reconciliação. O Natal pode ser a oportunidade de deixar que o Senhor dilate nosso coração, nos torne mais alegres e relacionais, a ponto de sermos grandes missionários da bondade no mundo.

3. Evangelho (Lc 3,10-18)

“O que devemos fazer?” é a pergunta que três grupos diferentes fazem a João Batista. Eles tinham ido buscar o batismo de João, batismo de conversão. A pergunta remete para a prática, para o “fazer”, e pode sugerir uma espécie de ativismo para alcançar a conversão. Na verdade, as respostas de João foram em outra direção. Mais do que “fazer”, era preciso assumir um estilo de vida – poderíamos dizer, um “jeito” de testemunhar a conversão.

João respondeu às multidões: “Quem tiver duas túnicas, dê uma a quem não tem e quem tiver comida, faça o mesmo!” (v. 11). Vestimenta e alimento são as coisas mais cotidianas da vida, são elementos que provocam um estilo de ser baseado na partilha e na comunhão. É interessante perceber como o Batista foi na contramão das exigências religiosas de sacrifício, de ofertas que eram pesadas especialmente para os mais pobres. No lugar das cargas, o “fazer” significa relações mais humanas, abertura e sensibilidade ao outro naquilo que é o mais concreto do dia a dia.

Aos cobradores de impostos, João respondeu mais especificamente: “Não cobreis mais do que foi estabelecido” (v. 13). Trata-se da atenção ao abuso financeiro que tocava especialmente àquele grupo, sob as ordens da dominação romana. João não pediu que abandonassem a profissão, sabia que era o sustento da vida deles. Convidou-os a mover o coração na direção da honestidade e da bondade.

Também aos soldados, o Batista dirigiu uma orientação: “Não tomeis à força dinheiro de ninguém nem façais falsas acusações; ficai satisfeitos com o vosso salário!” (v. 14). No lugar da violência e da corrupção, a verdade e a justiça. O abuso de poder é uma das grandes feridas do nosso tempo, que vai se transformando em outras formas de abuso e violência... Ou seja, constitui o caminho contrário à conversão proposta por João.

Por fim, o Batista anunciou a vinda do Messias, “aquele que é mais forte do que eu”, que “vos batizará no Espírito Santo e no fogo” (v. 16). A pergunta sobre “o que devemos fazer” não pode ser respondida fora da conversão proposta por Jesus Cristo, que, como fogo, abrasa o coração e coloca nas cinzas a prepotência e a superficialidade do nosso estilo de vida.

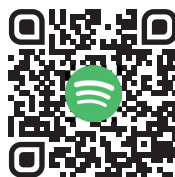
III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Partilha, justiça e bondade são atitudes que atravessam a liturgia da Palavra e se apresentam, de um lado, como frutos da alegria e, de outro, como estilo de uma vida que caminha na direção da alegria. De fato, a alegria não pode ser confundida com gestos exteriores e mesmo ilusórios. Trata-se de um caminho de abertura do coração para colocar Deus no centro, como recordava Sofonias, ao anunciar que “o rei de Israel é o Senhor”. Significa, de verdade, descobrir quem é o centro, de onde brota a vida e para onde a vida converge.

O papa Francisco abriu a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, de 2013, com esta preciosidade que pode ajudar a concluir a reflexão deste domingo: “A Alegria do Evangelho enche o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus. Quantos se deixam salvar por ele são libertados do pecado, da tristeza, do vazio interior, do isolamento. Com Jesus Cristo, renasce sem cessar a alegria” (n. 1).

4º DOMINGO DO ADVENTO

22 de dezembro



“Atravessar montanhas” para celebrar o Natal!

I. INTRODUÇÃO GERAL

Maria de Nazaré, que “atravessa montanhas” para encontrar a prima Isabel, conduz o coração do Advento e, de maneira especial, a proximidade do Natal. Se João Batista convidou a “preparar os caminhos do Senhor”, Maria, ao dizer “sim”, torna-se o próprio caminho para o Salvador. Ela carregou a plenitude daquilo que o profeta Miqueias anunciou: “Ele mesmo será a paz”.

A paz se realiza nos encontros, na aproximação, no diálogo! Por natureza, somos seres relacionais, e o impulso missionário de Maria é sempre um horizonte sobre o qual nos cabe construir a vida cristã. Construir relações saudáveis a ponto de alcançar o perdão, de viver com misericórdia, de estabelecer vínculos de amizade sempre será a melhor forma de preparar a vinda do Senhor e “fazer sua vontade”.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Mq 5,1-4a)

Antes de Maria fazer da estrada sua grande companhia na direção de Isabel, o profeta Miqueias anunciava a esperança a partir de um pequeno povoado: “Tu, Belém de Éfrata, pequenina entre os mil povoados de Judá, de ti há de sair aquele que dominará em Israel” (v. 1). Miqueias não estava fazendo adivinhação. A profecia é a capacidade de olhar com esperança o futuro com base nos sinais presentes no cotidiano.

É verdade que, no imaginário de Mi-queias, o “salvador” deveria ser um novo rei que não oprimisse e maltratasse o povo, semelhante a Davi. Mais de setecentos anos depois, com a disponibilidade de Maria e o nascimento de Jesus, descobrimos que o rei enviado por Deus foi seu próprio Filho, para cumprir a profecia: “apascentará com a força do Senhor” (v. 3).

O biblista Gianfranco Ravasi (*Viviamo ogni anno l’attesa antica*, 2002, p. 91, tradução nossa) faz uma reflexão interessante sobre o irrompimento da novidade de dentro da dinastia davídica:

Ainda é possível que as trevas da injustiça sejam rompidas e que uma nova e salvadora presença de Deus apareça na linhagem da dinastia de Davi, ou seja, na situação viva da história humana. É essa mesma presença que Isaías, talvez alguns anos antes, havia anunciado nas páginas comoventes e misteriosas de seu “Livro do Emanuel” (Is 7-12).

2. II leitura (Hb 10,5-10)

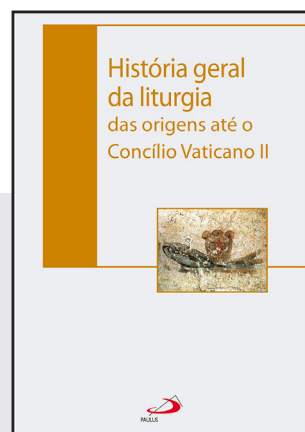
“Eis que venho” (v. 7) é como um refrão que deve conduzir a vida nestes dias que antecedem o Natal. O Senhor vem para “fazer a vontade do Pai”. De fato, a expressão “fazer a vontade” permeia o trecho da carta aos Hebreus. Em Cristo, a “vontade do Pai” é levada à plenitude e todos somos convidados a responder com um estilo de vida coerente e fiel à mesma vontade.

Como viver essa resposta? O autor sugere que Deus não quer “vítima ou oferenda” (v. 5), mas sim que se viva a carnalidade da sua proposta: “formaste-me um corpo”. O corpo é a síntese daquilo que somos. No corpo está a integralidade da vida, das relações, dos vínculos, dos traumas, das marcas, dos medos.

Realizar, na história, a vontade do Pai significa assumir com compromisso radical sua proposta, a exemplo de Maria, no “sim” fiel

História geral da liturgia: das origens até o Concílio Vaticano II

Padre Gregório Lutz



Este subsídio mostra como as formas atuais da liturgia se desenvolveram a partir das anteriores, e como elas podem ser entendidas e reinterpretadas numa nova visão.



Aponte a câmera do seu celular e confira no nosso site!

Vendas: (11) 3789-4000
0800 016 40 11

paulus.com.br

e verdadeiro de todos os dias. Um sim que a leva a atravessar o mundo para ser missionária de uma vida nova. A cruz é o ponto mais alto da doação da vida, da vivência radical do amor. Toda oferta e fidelidade exigem o enfrentamento das cruzes!

3. Evangelho (Lc 1,39-45)

No início de tudo está uma visita! Toda visita é uma forma de ampliar a vida, de alargar um círculo. A visita arrasta para fora. O texto do Evangelho deste domingo apresenta a imediata visita de Maria – depois da anunciação do anjo – à sua prima Isabel: “Maria partiu para uma região montanhosa” (v. 39). Isabel morava distante, com Zacarias. Era um casal idoso que vivia a bênção da espera por João Batista. O encontro de Maria e Isabel, o afeto de duas mulheres grávidas, compõem o cenário da visitação. Para que isso fosse possível, Maria precisou “atravessar a montanha”.

A vida nem sempre é linear, e as montanhas são uma metáfora da descontinuidade, da necessidade de amar o desnível, de dar sentido àquilo que não é “planície”. As “montanhas” atravessam nossas relações e recordam que visitar, aproximar, compreender, servir não é tarefa simples e fácil, não é fazer de qualquer jeito.

As “montanhas” impedem encontros, convivências, ofuscam a verdade do outro. São as imagens que fazemos, os preconceitos que alimentamos, o idealismo que guardamos. Maria, ao atravessar a montanha, coloca no princípio da fé a busca por aproximar-se e conhecer a identidade do outro. Não é possível fazê-lo sem escalar as “montanhas” para chegar mais perto.

Na fé mais genuína, mais bonita, não podem estar o tempo e o esforço para tornar as montanhas ainda mais altas e intransponíveis, como carregadores de pedras e de terra. Esse é o caminho oposto ao de Maria. A superficialidade da planície precisa ser provocada pela ousadia da “montanha” – eis o grande desafio de preparar a vinda do Senhor, bem

próximo, no Natal. Não há fé sem visitação, não há fé sem “montanha”. Trata-se de um sair de casa contínuo. A Igreja em saída é a Igreja de Maria, de Jesus, da humanidade que não escolheu ficar pisoteando a mesma “planície”.

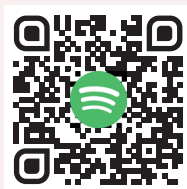
III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Miqueias recorda que o “estilo” de Deus encontra sempre o ponto de partida na pequenez, na humildade, traduzido pelo profeta como um lugar geográfico – “Belém de Éfrata”, a menor das cidades –, de onde anunciou a vinda do Salvador. Deus escolheu para mãe do seu Filho uma jovem mulher de Nazaré. Cumpriu-se a profecia da pequenez, da humildade: Maria e Belém são o “corpo”, o lugar teológico onde tudo chegou à plenitude e onde tudo se inicia de um jeito novo.

A chegada do Natal exige uma atitude ainda maior de atenção, vigilância e espera para que o Senhor não nos encontre dispersos e desatentos em realizar sua vontade. Nas correrias da vida, mais do que nunca, é fundamental diminuir o passo, silenciar, acolher a novidade que Deus vai revelando todos os dias na história e “atravessar as montanhas” necessárias para vivermos a vocação de filhos e filhas de Deus. “Eis que venho!” é o refrão que vai nos conduzindo. Ele vem! Ele vem!

NATAL DE NOSSO SENHOR JESUS CRISTO

24 de dezembro – Missa da noite



Natal: manifestou-se a graça de Deus!

I. INTRODUÇÃO GERAL

O autor da carta a Tito exulta: “manifestou-se a graça de Deus”. A noite de Natal encontra seu ápice na Boa Notícia do anjo

aos pastores: “Hoje, na cidade de Davi, nasceu para vós um Salvador, que é o Cristo Senhor”. O nascimento do Filho de Deus foi preanunciado, como esperança futura, pelo profeta Isaías, em meio a uma situação terrível: “O povo que andava na escuridão viu uma grande luz”.

Celebrar o Natal é acolher o Menino de Belém e exultar com toda a multidão celeste: “Glória a Deus no mais alto dos céus, e paz na terra aos homens por ele amados”. A escuridão desta noite é atravessada por um raio de luz que silencia a potência avassaladora das trevas. O Natal é a festa da luz! O Natal é a certeza da vinda do Senhor na história e no tempo!

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Is 9,1-6)

O profeta Isaías entoava um cântico de alegria pela fidelidade de Deus, que se revela como luz na escuridão do mundo. Deixar-se inundar por essa luz significa alcançar a verdadeira alegria. O cenário de guerra e catástrofe é vencido pela luz de um novo tempo de paz: “tudo será queimado e devorado pelas chamas” (v. 4).

Não foi uma visão do profeta, mas sim sua esperança na fidelidade das promessas de Deus, que nunca esqueceu seu povo. Isaías anunciou o nascimento de um menino: “foi-nos dado um filho; ele traz aos ombros a marca da realeza; o nome que lhe foi dado é: Conselheiro admirável, Deus forte, Pai dos tempos futuros, Príncipe da paz” (v. 5). Embora todos os títulos sejam bastante conhecidos pelo povo como atribuições de um rei, o Menino que nasceu mais de setecentos anos depois foi o próprio Filho de Deus, o Rei do amor e do serviço.

Por longos anos, o povo esperou o nascimento desse Menino, também confundiu sua chegada com o anúncio de tantos reis que foram bons para o povo. Nada

se aproxima do significado do nascimento do menino Jesus! No tempo certo, Deus realizou seu projeto de salvação.

2. II leitura (Tt 2,11-14)

Tito era um dos colaboradores mais próximos de Paulo na missão. Alguns autores se referem ao texto dessa carta como um pequeno manual de catequese, cujo ponto de partida é a graça de Deus manifestada em Jesus e o ponto de chegada é sua Páscoa, sua entrega total: “para nos resgatar de toda maldade e purificar para si um povo que lhe pertença e que se dedique a praticar o bem” (v. 14).

Participar da salvação doada por Jesus Cristo significa a responsabilidade de “fazer o bem” mediante uma vida de “equilíbrio, justiça e piedade” (v. 12). O texto de Tito apresenta a conexão profunda entre o Natal e a Páscoa; nascimento, morte e ressurreição fazem parte da grande manifestação do Pai, a qual assumiu em tudo a carne humana e continua a apontar a dimensão pascal de toda vida.

3. Evangelho (Lc 2,1-14)

Todos os anúncios de esperança da tradição dos profetas encontram sentido no nascimento de Jesus, chamado pelo anjo de “Salvador, que é o Cristo Senhor” (v. 11). No título, encontramos o cumprimento da esperança profética e o destino pascal daquele que, pela cruz, salvou o mundo e se tornou Senhor da vida.

O trecho do Evangelho desta noite apresenta, na primeira parte (v. 1-5), a ida de Maria e José para o recenseamento em Jerusalém, exigido pelo decreto de César Augusto. Cumprem a exigência como qualquer outra família. Ao registrar esse episódio, Lucas marca o nascimento de Jesus na história e no tempo; ou seja, Jesus não é fruto da imaginação ou de ideias, mas a vida do Filho de Deus tem as marcas do seu contexto.

Na sequência, o nascimento de Jesus é situado em um local específico, Belém. Sem encontrarem lugar na hospedaria, Maria “deu à luz o seu filho primogênito. Ela o enfaixou e o colocou na manjedoura” (v. 4). Essa simplicidade vai marcar toda a vida do Filho de Deus com uma opção muito preferencial pelos humildes e pobres.

O biblista José Antônio Pagola destaca:

O evangelista narra o nascimento do Messias com uma sobriedade surpreendente. Para Maria “chegou o momento do parto e ela deu à luz seu filho”. Nenhuma palavra a mais. O que realmente parece interessante é a maneira como o menino é acolhido. Enquanto em Belém “não há lugar” nem sequer na hospedaria, em Maria ele encontra uma acolhida comovente. A mãe não tem meios materiais, mas tem coração: “envolveu-o em faixas e deitou-o numa manjedoura” (*O caminho aberto por Jesus* – Lucas, 2012, p. 39).

Os pastores foram os primeiros que receberam o anúncio desse nascimento. Esse detalhe é importante, porque reforça a “forma” pela qual Deus escolheu vir ao mundo, a partir dos últimos e por meio dos últimos. Os pastores eram considerados pessoas impuras, próximas aos animais, sem inteligência e desonestas. A Boa Notícia de Jesus Cristo se tornou Boa Notícia para todas as pessoas, sem ninguém ficar de fora.

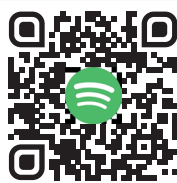
III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Esta santa noite é momento oportuno de acolher o Senhor na vida e na história. O tempo do Advento e o convite à vigília, à atenção e à reconciliação encontram sentido no nascimento de Jesus Cristo, o Filho de Deus. Acolhê-lo significa permitir que sua vida produza mais vida em nós; significa dilatar os espaços do coração para “fazer o bem” e ser um facho de luz em um tempo de tanta escuridão.

O cardeal John Henry Newman compartilhou uma oração que pode ser grande farol para concluir nossa reflexão: “Guia-me, ó gentil Luz, / através da escuridão que me cerca, / sê tu que me conduzes! / A noite é escura / e estou longe de casa, / sê tu que me conduzes! / Sustenta meus pés vacilantes: / não peço para ver / o que me espera no horizonte, / um único passo será suficiente”.

NATAL DE NOSSO SENHOR JESUS CRISTO

25 de dezembro – Missa do dia



Natal: um novo ponto de partida!

I. INTRODUÇÃO GERAL

O Fr. Ermes Ronchi ajuda-nos a introduzir a maravilha da solenidade do Natal de forma orante e poética: “Naquela noite, o significado da história tomou outra direção: Deus para com a humanidade, o grande em direção aos pequenos, do céu para baixo, de uma cidade na direção de uma gruta, do templo para um campo de pastores de ovelhas. A história começa novamente a partir do último”.

O Natal é a festa da novidade, da inversão de todos os significados. O Evangelho de João também se abre como grande poesia que tem como ponto de partida “o princípio”, não tanto como dado histórico, mas relacional: na origem está o coração da Trindade, o Pai e o Filho e o Espírito. O nascimento de Jesus ilumina o ponto de partida de toda a vida divina e o destino para o qual caminhamos – de Deus, com Deus e para Deus – a partir de Jesus Cristo e no Espírito Santo. A humanidade é o lugar escolhido por Deus para amar e habitar: “e o Verbo se fez carne...”.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Is 52,7-10)

As sentinelas anunciaram com júbilo o retorno do povo exilado na Babilônia. É verdade que nem tudo foram flores nesse retorno, porque foram recorrentes as disputas e divisões entre os que retornaram do exílio e aqueles que permaneceram em Jerusalém. No entanto, a alegria da libertação do povo se torna uma prefiguração da libertação que será realizada por Deus com o nascimento do seu próprio Filho. O profeta convida o povo a atentar para os pequenos sinais de liberdade que já estavam aparecendo porque “Deus reina” (v. 7).

Ser sentinela, vislumbrar as “sementes ocultas do Verbo” (*Lumen Gentium*, n. 17) é tarefa fundamental. Onde todo olhar vê tragédia, desespero, a sentinela alcança algum sinal, algum feixe de luz: “Alegrai-vos e exultai ao mesmo tempo, ó ruínas de Jerusalém, o Senhor consolou seu povo e resgatou Jerusalém” (v. 7). Encontrar o fio de esperança não é um “chute no escuro”, mas sim fruto do discernimento, da maturidade, da espiritualidade e da proximidade com a vida do povo que faz brotar a sensibilidade para tatear o futuro.

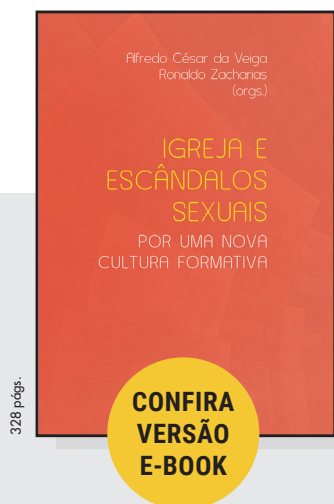
2. II leitura (Hb 1,1-6)

O autor da carta aos Hebreus sublinha, de início, a diversidade das formas pelas quais Deus se manifestou na história até revelar-se plenamente em Jesus Cristo: “nestes dias, que são os últimos, ele nos falou por meio do Filho, a quem ele constituiu herdeiro de todas as coisas e pelo qual também ele criou o universo. Este é o esplendor da glória do Pai, a expressão do seu ser” (v. 2-3).

O grande teólogo espanhol José Maria Castillo sugere a “humanização de Deus” como ápice da sua revelação. Tudo que podemos conhecer de Deus, encontramos revelado em Jesus Cristo. Castillo não confunde a natureza humana e a natureza divina de Jesus, mas afirma

Igreja e escândalos sexuais

Alfredo César da Veiga /
Ronaldo Zacharias (orgs.)



Esta obra pretende ser uma contribuição àqueles que, na Igreja, têm a responsabilidade pelo discernimento vocacional e pelo processo formativo.



Aponte a câmera do seu celular e confira no nosso site!

Vendas: (11) 3789-4000
0800 016 40 11

paulus.com.br

o aspecto radical da *kenosis*, do abaixamento, do esvaziamento de Deus para assumir em tudo a carne humana. Ora, se toda a humanidade é assumida por Deus, a solidariedade com o mundo é a forma por excelência para encontrar a Deus e se comunicar com ele.

3. Evangelho (Jo 1,1-5.9-14)

Apesar de parecer uma linguagem rebuscada, o prólogo do Evangelho de João ajuda-nos a aprofundar o mistério da encarnação de Jesus. De fato, ao anunciar que “por meio da Palavra foram feitas todas as coisas” (v. 3), o evangelista traduz a abertura de Deus para se comunicar com a história. A proximidade, a comunhão, a presença de Deus no seu Filho amado constituem a Palavra que “habitou entre nós” (v. 14). Todas as barreiras foram derrubadas, as distâncias foram encurtadas!

Ainda hoje persiste uma forma de espiritualidade que propõe a fuga do mundo para encontrar a Deus. Na contramão, João assegura que a vida divina tem as marcas da humanidade: “o Verbo se fez carne” (v. 14). Trata-se de assumir uma espiritualidade encarnada, real, no espaço e no tempo. Em Jesus, a carnalidade ganhou outro sentido e encontrar a Deus é acolher o Verbo de Deus!

A relação com Deus, no Filho e pelo Espírito, abre uma espécie de nova biografia cristã, marcada pelo relacionamento. Se ele nasce no meio de nós, nossa responsabilidade passa a ser viver em conformidade com um Deus exageradamente amoroso e generoso. Tudo que fere a dignidade humana fere a Deus e, por isso, merece atenção no amadurecimento da fé.

A encarnação é a festa da responsabilidade pelo outro, da acolhida aos sofredores, do toque nas feridas do mundo para que este possa tomar consciência de que continua a ser o lugar preferido de Deus. Se, em mais um ano, podemos celebrar o Natal de nosso Senhor, isso significa que o Reino de Deus, anunciado e testemunhado em todo

o Evangelho, está mais perto de acontecer: “E a luz brilha nas trevas, e as trevas não conseguiram dominá-la” (v. 5).

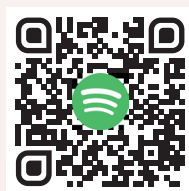
III. PISTAS PARA REFLEXÃO

Em meio ao desânimo e ao sofrimento do povo exilado, o profeta Isaías anunciou o futuro em que “Deus reina”. A força de Deus arrancará o povo do exílio para uma vida nova, de salvação, de redenção e de paz. Em Jesus Cristo, a esperança permanece para todos os tempos. Ele, “o esplendor da glória do Pai”, vindo morar na humanidade como o “Verbo feito carne”, é a consolação nos sofrimentos e a segurança para um futuro melhor.

Com a liturgia tomada de poesia, também chamamos Rainer Maria Rilke, um gigante das palavras, para celebrar este dia do nascimento do Salvador:

Não fosse a tua simplicidade, como poderia acontecer o que agora ilumina a noite? Vê: o Deus que trovejava sobre as nuvens faz-se benigno e vem ao mundo em ti. Imaginavas que ele fosse maior? O que é a grandeza? Através de toda a matéria que atravessa, segue o seu destino. Nem uma estrela tem igual caminho. Vês, estes reis são grandes, mas rastejam diante de ti.

SAGRADA FAMÍLIA, JESUS, MARIA E JOSÉ
29 de dezembro



A Sagrada Família e a sagrada capacidade de procurar Jesus!

I. INTRODUÇÃO GERAL

A perda de Jesus no templo, quando foi apresentado ao completar 12 anos, conforme previa a Lei judaica, exigiu uma

reorganização do itinerário de José e Maria, que já retornavam para casa com os demais companheiros de viagem: “Não o tendo encontrado, voltaram para Jerusalém à sua procura”. A capacidade de reorganizar a vida, de refazer o caminho, é uma exigência para todas as famílias quando diante de grandes desafios.

Na Exortação Apostólica Pós-sinodal *Amoris Laetitia*, sobre o amor nas famílias, o papa Francisco retomou uma expressão que usou por ocasião do Encontro com as Famílias, na visita que fez a Cuba em 2015: “As famílias não são um problema, são sobretudo uma oportunidade” (AL 7). Iluminados pela Sagrada Família de Jesus, Maria e José, a liturgia desta festa possa abrir nossos olhos para a importância da família e para a exigência de nos reinventarmos, refazendo os caminhos para reencontrar o amor.

II. COMENTÁRIO DOS TEXTOS BÍBLICOS

1. I leitura (Eclo 3,3-7.14-17a)

O livro do Eclesiástico é um livro de conselhos, de expressões que faziam parte de uma espécie de sabedoria popular. Um dos principais argumentos é a forma de se comportar com as pessoas, de respeitar, de acolher: pais e filhos, marido e esposa, jovens e velhos, patrão e empregado e assim por diante.

Nesse trecho da leitura, dedicado às relações familiares, a palavra que se repete e merece atenção é “honrar”. Derivam de “honrar” outros verbos – respeitar, obedecer, amparar, compreender, servir... De imediato, o texto faz lembrar uma das palavras da Lei: “Honre seu pai e sua mãe. Desse modo, Deus prolongará a vida na terra que Javé seu Deus lhe dá” (Ex 20,12). É interessante o acréscimo que o autor faz a essa palavra: “prolongará a vida”. É como se estivesse dizendo que, conforme cresce o amor ao pai e à mãe, cresce a capacidade de viver.

Uma das formas mais bonitas de amar é honrar. A honradez está muito próxima ao respeito, à delicadeza, ao afeto, à ternura, à escuta, que são uma espécie de “refazimento de caminho” de uma sociedade marcada por relações descartáveis e interesseiras, também na família.

2. II leitura (Cl 3,12-21)

A festa da Sagrada Família vem iluminada pela carta de Paulo aos Colossenses: “sobretudo, amai-vos uns aos outros” (v. 14). O amor é não somente um sentimento de bem-querer, de estima, senão também “o vínculo da perfeição” (v. 14); ou seja, o amor é um estilo de vida, uma forma de relacionamento que exige maturidade, diálogo frequente, enfrentamento das crises e opção pelo perdão. É por dentro do amor que podemos fazer e refazer nossos itinerários de família, como fizeram Maria e José.

Para alcançar o amor, São Paulo sugeriu “revestir-se” de roupas bem específicas: “misericórdia, bondade, humildade, mansidão e paciência” (v. 12). Pensemos nas relações e em como seria diferente se essas vestimentas fossem mais bem aperfeiçoadas no corpo da família. Elas nos ajudam a “suportar-nos” (v. 13), ou seja, a carregar-nos mutuamente quando faltam as forças, e, ademais, incentivam-nos a alcançar a forma mais alta do amor, que é o perdão.

O amor na família deve estar sempre bem vinculado ao amor a Cristo. A perfeição vem da abertura à sua Palavra, do testemunho da fé e da fidelidade às promessas de amor que vamos fazendo durante a vida.

3. Evangelho (Lc 2,41-52)

Jesus foi apresentado no templo ao completar 12 anos. Trata-se da idade da maturidade. Era um costume os meninos

serem acolhidos oficialmente na comunidade judaica nessa idade. Maria e José acompanharam Jesus para cumprir o ritual, que ocorria durante a festa da Páscoa. Ao fim, os pais de Jesus e a caravana começaram a retornar para Nazaré e caminharam por um dia inteiro. Maria e José achavam que Jesus estivesse com outros parentes; quando se deram conta, Jesus tinha se perdido. Demoraram três dias para encontrá-lo.

Maria e José, com o episódio, começaram a entender que deveriam “procurar Jesus” (v. 45) não no sentido físico, mas teológico. Este é o movimento da fé: procurar o Senhor e deixar-se encontrar por ele. É isso que muda tudo! Para fazê-lo, precisaram “refazer o caminho”, voltar por onde já tinham passado, rever as estradas que já tinham sido pisadas. Era o caminho natural, de sempre, mas, a partir de Jesus, o caminho é diferente! Refazê-lo significa fazê-lo com outro sentido, com o olhar iluminado, com o coração aberto para encontrar o Senhor.

O movimento da Sagrada Família abre uma fenda de luz para todas as famílias: toda família precisa “procurar Jesus” para viver de outros jeitos, para refazer o cotidiano, para aprender a descansar das estradas que se repetem e parecem já não fazer sentido. O “sempre foi assim” pode não responder mais. Voltar, procurar, refazer são movimentos a serem feitos por todas as famílias!

Maria e José vivem a plenitude de serem uma família e testemunham que nenhuma família pode se fechar num único e mesmo movimento. Nenhuma família tem um mapa com todas as respostas. Família é abertura, é capacidade de procurar, é urgência de refazer, é a disposição de olhar para a frente sem ter medo de caminhar de um jeito novo, porque ali mora a surpresa e ali mora o coração.

“Devo estar na casa de meu Pai” (v. 49), respondeu Jesus, quando finalmente seus pais o encontraram. Parece uma resposta dura, mas é o difícil caminho de liberdade que todo filho deve enfrentar para alcançar autonomia. Os filhos não são propriedades particulares; nascem para ser livres, e só amadurecendo em cada escolha e no enfrentamento das perguntas da vida podem alcançar a felicidade verdadeira.

III. PISTAS PARA REFLEXÃO

O dismantelamento da família é um projeto para fragmentar os vínculos e enfraquecer o ser humano. É verdade que cada tempo exige compreender melhor o significado da família e aprofundar a qualidade das relações, mas é inegável que a família continua a ser a célula fundamental para a construção da identidade humana. Nesse sentido, o convite a “honrar” e a “revestir-se” das qualidades do amor é fundamental. Tudo ganha outro sentido quando há abertura para “refazer” os movimentos que já não nos levam ao Senhor.

Na oração do *Angelus* de 26 de dezembro de 2021, o papa Francisco insistiu nas boas relações familiares, que se fortalecem quando o “eu” diminui e se fortalece o “tu”:

Na Sagrada Família, antes o tu e depois o eu. Para preservar a harmonia na família, é preciso combater a ditadura do eu. É perigoso quando, em vez de nos ouvirmos, jogamos os erros na cara; quando, em vez de termos gestos de cuidado para com os outros, nos fixamos em nossas necessidades; quando, em vez de dialogar, nos isolamos com o celular – é triste ver no almoço uma família, cada um com seu celular, sem se falar, cada um fala com o celular; quando nos acusamos mutuamente, sempre repetindo as mesmas frases, encenando uma comédia já vista, onde cada um quer ter razão e no final impera um silêncio frio.

vp

A SABEDORIA DOS “PADRES DA IGREJA” AO SEU ALCANCE.



Aponte a câmera do seu
celular e saiba mais!

SÃO MAIS DE 50 VOLUMES

Adquira agora!



loja.paulus.com.br
(11) 3789-4000 | 0800 016 40 11
vendas@paulus.com.br
f @editorapaulus

VIVA A CORAGEM DA FÉ COM O *Papa Francisco*

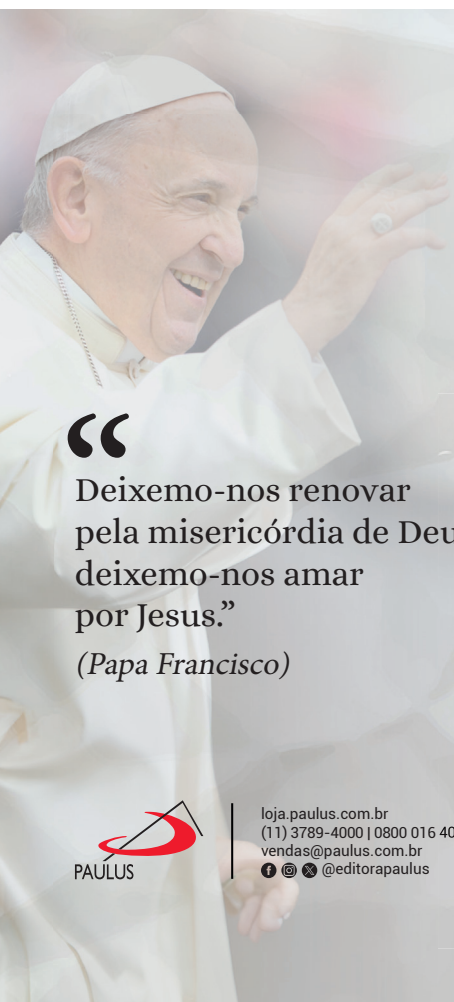


“
Não tenham medo:
se o Senhor os chama
para este ministério,
sigam-no! Vocês
participarão da mesma
missão de Jesus de
proclamar seu Evangelho.”

(Papa Francisco)



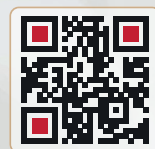
Aponte a câmera do
seu celular e saiba mais!



COLEÇÃO MAGISTÉRIO DO *Papa Francisco*

“
Deixemo-nos renovar
pela misericórdia de Deus,
deixemo-nos amar
por Jesus.”

(Papa Francisco)



Aponte a câmera do
seu celular e saiba mais!



loja.paulus.com.br
(11) 3789-4000 | 0800 016 40 11
vendas@paulus.com.br
f @ @ @ @editorapaulus